



# Relatório Anual

# 2016



**FioPrev**  
O SEU BENEFÍCIO MAIOR

# Mensagem da Diretoria

Caro Participante,

Apresentamos a você o Relatório Anual de Atividades do FioPrev de 2016, um ano marcado pela aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC à retirada do patrocínio da Fiocruz ao Plano BD-RJU.

Esse relatório contém informações detalhadas sobre a situação atuarial e financeira da entidade. Nas páginas a seguir estão discriminadas as receitas de contribuições, as despesas com pagamento de benefícios concedidos pelos Planos BD-FIOPREV e BD-RJU, a política de investimentos adotada nas aplicações financeiras e as despesas decorrentes da administração da instituição.

Em 2016 o FioPrev devolveu mais de R\$ 126 milhões aos participantes e assistidos do Plano BD-RJU, como consequência do rateio das Reservas Matemáticas determinado pelo processo da retirada de patrocínio da Fiocruz. Com relação às finanças, no ano passado, o mercado financeiro nacional continuou sob muita volatilidade, em função de um ambiente de forte instabilidade política no País. Apesar disso, o resultado da entidade foi muito bom. A rentabilidade da carteira de investimentos do FioPrev foi de 17,81%, resultado 6,43% acima da meta atuarial – que corresponde ao INPC acumulado mais 4,5% a.a. – e 3,81% acima do CDI.

Com relação à gestão da entidade, as despesas administrativas totalizaram R\$ 4,5 milhões, resultado em linha com o orçamento previsto para o ano. Em consequência do processo de retirada de patrocínio da Fiocruz ao plano BD-RJU, a entidade promoveu, ao final de 2016, uma redução no seu quadro de colaboradores, além de ter feito uma revisão dos valores pagos nos contratos em geral. Isso possibilitará uma redução significativa das despesas administrativas.

Em 2017 daremos início ao processo de retirada de patrocínio da Fiocruz ao Plano BD-FIOPREV. Nossa previsão é conseguir a autorização da PREVIC até o final do 1º semestre de 2018. Após a conclusão desse processo, as operações de previdência complementar da entidade serão encerradas.

**Carlos Magno Ramos**  
**Diretor Superintendente do FioPrev**

## EXPEDIENTE

Relatório de Atividades 2016 do Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FioPrev

**Patrocinadoras** – Fundação Oswaldo Cruz e FioPrev ■ **Conselho Deliberativo** – Maria Amália do Nascimento Monteiro (Presidente), Celso Cravo, Jorge Tadeu Arruda, Lucia Helena da Silva, Luiz Alberto Pereira, Pedro Ribeiro Barbosa, Roberto Pierre Chagnon, Sônia Aparecida Freitas de Pinho, Vanessa Costa e Silva, Vânia Dornellas Buchmuller e Valéria Alencar Simões ■ **Conselho Fiscal** – Alcimar Pereira Batista (Presidente), Cláudio Damasceno Raposo, Jorge Santos da Hora e Sueli Maria Motta Cardoso ■ **Coordenação editorial e gráfica** – Ana Costa - Celleria Comunicações (cellera@cellera.com.br) ■ **Diagramação** – Fernanda Precioso (fernanda.precioso@gmail.com)

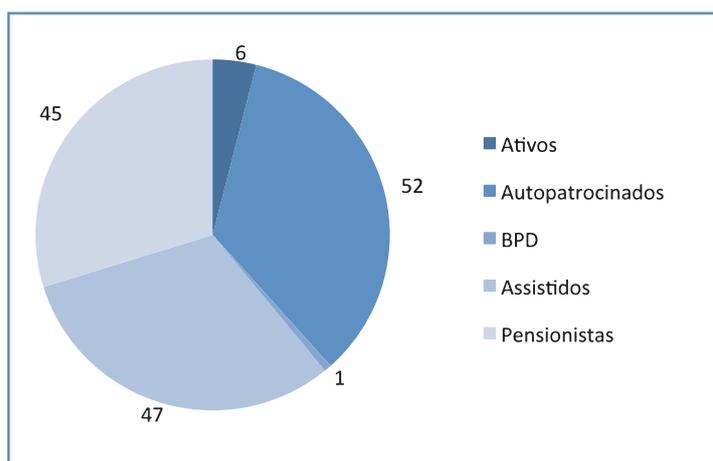
# Participantes e Benefícios Concedidos

## TABELAS E GRÁFICOS

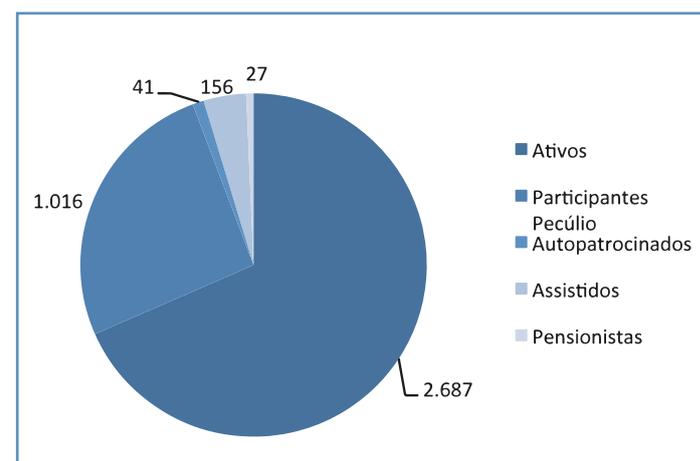
	2014			2015			2016		
	BD-FIOPREV	BD-RJU	TOTAL	BD-FIO- PREV	BD-RJU	TOTAL	BD-FIO- PREV	BD-RJU*	TOTAL
Ativos	13	2.802	<b>2.815</b>	13	2.730	<b>2.743</b>	6	2.687	<b>2.693</b>
Participantes Pecúlio	-	976	<b>976</b>	-	1.004	<b>1.004</b>	0	1.016	<b>1.016</b>
Autopatrocinos	44	39	<b>83</b>	46	40	<b>86</b>	52	41	<b>93</b>
BPD	1	-	<b>1</b>	1	-	<b>1</b>	1	0	<b>1</b>
Assistidos	52	157	<b>209</b>	49	157	<b>206</b>	47	156	<b>203</b>
Pensionistas	42	22	<b>64</b>	44	27	<b>71</b>	45	27	<b>72</b>
<b>Total</b>	<b>152</b>	<b>3.996</b>	<b>4.148</b>	<b>153</b>	<b>3.958</b>	<b>4.111</b>	<b>151</b>	<b>3.927</b>	<b>4.078</b>

\* Posição jun/2016

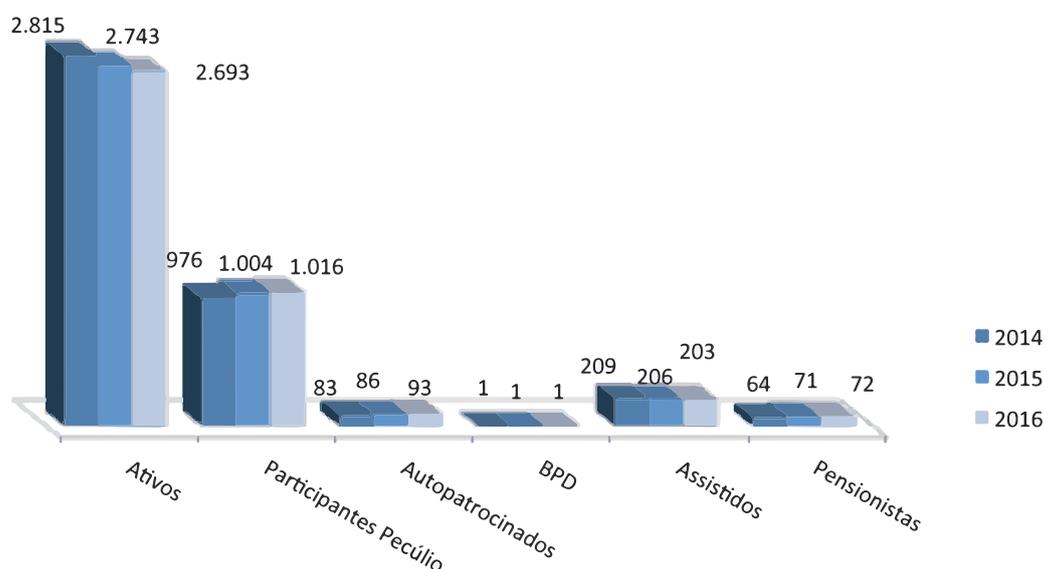
### Participantes BD-FIOPREV 2016



### Participantes BD-RJU 2016 / JUN 2016



### Participantes 2014, 2015 e 2016



## Quadro de Benefícios - 2016

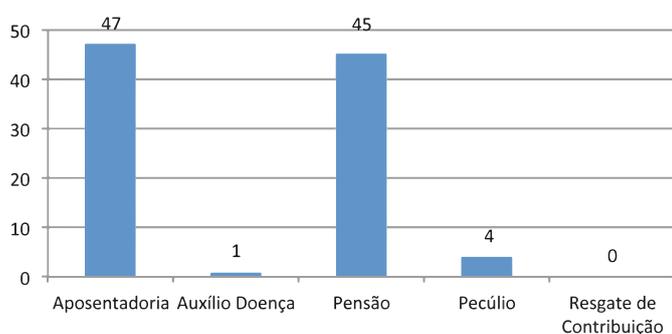
## Benefício de Prestação Continuada - CLT (Dez/16) e RJU (Jun/16)

	CLT		RJU		TOTAL	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
<b>Aposentadoria</b>	<b>47</b>	<b>94.569,08</b>	<b>156</b>	<b>235.699,75</b>	<b>203</b>	<b>330.268,83</b>
Tempo de Serviço	39	62.564,26	21	18.867,29	<b>60</b>	<b>81.431,55</b>
Idade	2	17.329,27	-	-	<b>2</b>	<b>17.329,27</b>
Compulsória	2	1.824,47	13	10.284,93	<b>15</b>	<b>12.109,40</b>
Especial	-	-	-	-	-	-
Invalidez	4	12.851,08	122	206.547,53	<b>126</b>	<b>219.398,61</b>
<b>Auxílio Doença</b>	<b>1</b>	<b>668,31</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>668,31</b>
<b>Pensão</b>	<b>45</b>	<b>38.486,82</b>	<b>27</b>	<b>14.625,86</b>	<b>72</b>	<b>53.112,68</b>

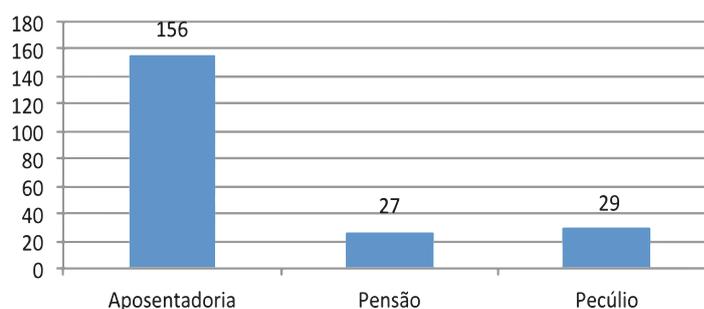
## Benefício de Pagamento Único - Acumulado CLT (Dez/16) e RJU (Jun/16)

	CLT		RJU		TOTAL	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
<b>Pecúlio</b>	<b>4</b>	<b>38.821,99</b>	<b>29</b>	<b>2.380.620,57</b>	<b>33</b>	<b>2.419.442,56</b>
Ativos	-	-	6	599.094,60	6	599.094,60
Participantes Pecúlio	-	-	19	1.516.100,73	19	1.516.100,73
Assistidos	4	38.821,99	4	265.425,24	8	304.247,23
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>172.546,20</b>	<b>212</b>	<b>2.630.946,18</b>	<b>309</b>	<b>2.803.492,38</b>
<b>Resgate de Contribuição</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

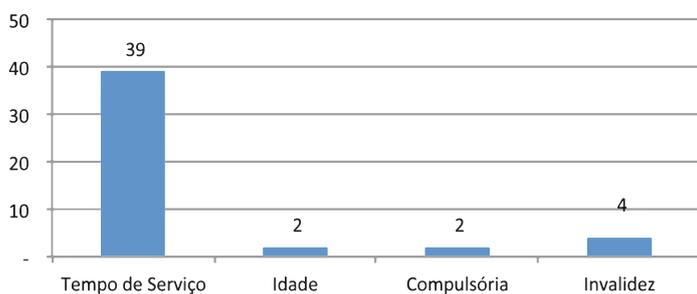
## Benefícios Plano BD-FIOPREV



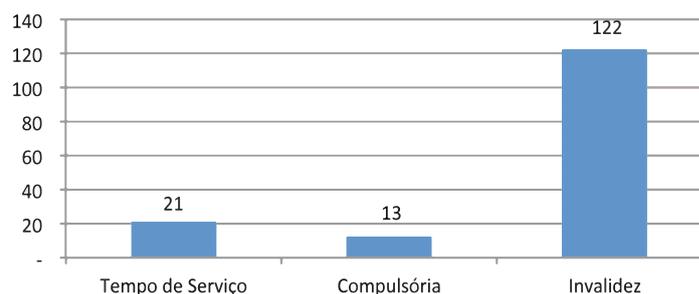
## Benefícios Plano BD-RJU (Jun/2016)



## Aposentadoria Plano BD-FIOPREV



## Aposentadoria Plano BD-RJU (Jun/2016)



# Demonstrativo de investimento

Mês Referência: Dezembro/2016

Consolidação Contábil	BD-RJU	BD-FioPrev	PGA	CONSOLIDADO
Participação na Carteira de Investimentos:	58,33%	39,64%	2,03%	
Total Demonstrativo de Investimentos:	109.448.507,06	74.369.192,22	3.815.029,75	187.632.729,03
<b>Total Recursos do Plano (Fonte: balancete)</b>	<b>109.448.507,06</b>	<b>74.369.192,22</b>	<b>3.815.029,75</b>	<b>187.632.729,03</b>
Diferença:	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total</b>	<b>65.631.132,12</b>	<b>43.444.083,35</b>	<b>2.281.877,19</b>	<b>111.357.092,66</b>
Depósitos:	82.780,95	30.109,98	2.459,09	115.350,02
Títulos Públicos:	34.623.866,21	24.436.581,00	1.211.475,34	60.271.922,55
Títulos Privados:	21.478.151,66	15.158.694,00	751.512,00	37.388.357,66
Ações:	4.117.044,15	2.005.919,59	145.107,44	6.268.071,18
Operações Compromissadas:	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em SPE:	0,00	0,00	0,00	0,00
Derivativos Opções:	0,00	0,00	0,00	0,00
Derivativos Termos:	0,00	0,00	0,00	0,00
Derivativos Futuros:	0,00	0,00	0,00	0,00
Derivativos Swaps:	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos/Financiamentos:	838.162,45	102.912,89	0,00	941.075,34
Carteira Imobiliária:	4.452.642,28	1.713.264,67	171.961,82	6.337.868,77
Valores a Pagar/Receber:	38.484,43	-3.398,78	-638,51	34.447,14
Exigível Contingencial/Investimentos:	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total</b>	<b>43.817.374,94</b>	<b>30.925.108,87</b>	<b>1.533.152,56</b>	<b>76.275.636,37</b>
Fundo de Investimentos	15.514.028,11	10.949.378,16	542.829,69	27.006.235,96
Fundos de Investimentos em Cotas	9.645.384,69	6.807.449,60	337.488,18	16.790.322,47
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	646.081,33	455.986,59	22.606,13	1.124.674,05
Fundo de Investimentos Imobiliários	2.338.906,43	1.650.736,40	81.837,41	4.071.480,24
Fundo Investimentos em Ações	15.672.974,38	11.061.558,11	548.391,16	27.282.923,65

## Observações:

1) Os recursos dos planos administrados pela EFPC são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores (Resolução CMN 3792/2009, art. 3º):

+ 1.1.0.0.00.00.00 Disponível

+ 1.2.3.0.00.00.00 Investimentos

- 2.1.3.0.00.00.00 Exigível Operacional – Investimentos

- 2.2.3.0.00.00.00 Exigível Contingencial – Investimentos

2) O valor das cotas dos fundos de investimento e dos fundos de investimento em cotas de fundos de investimento usado na consolidação contábil é:

a) O valor informado no arquivo de posição do próprio fundo; ou

b) O valor informado na tela "Cota de Fundos" nos casos de dispensa de envio do arquivo (§ 4º do art. 10º da Instrução PREVIC nº 02, de 18/05/2010).

3) A metodologia de cálculo de conciliação dos ativos é aquela adotada pelo Layout do Arquivo de Posição de Fundos e Carteiras definido pela AN-BIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

## CONTROLE DE RISCOS

Risco de Mercado			
	Patrimônio Líquido	VaR	Limite PI
<b>Consolidado</b> <sup>(1)</sup>	147,113,108.67	1.73%	2.75%
<b>Renda Fixa</b> <sup>(2)</sup>	180,201,126.67	2.19%	6.87%
<b>Renda Variável</b> <sup>(2)</sup>	29,016,537.76	9.23%	18.33%

(1) Sem imóveis e operações com participantes. (2) Considera apenas a gestão terceirizada.

Risco de Liquidez		
Liquidez (dia)	% do Patrimônio	% do Patrimônio Acumulado
1	44,59%	44,59%
7	19,85%	64,45%
21	3,93%	68,38%
Longo	31,62%	100,00%

Risco de Crédito Privado		
	% do Patrimônio	Limite PI
Crédito Privado	24,34%	50%
Grau Especulativo	2,50%	5%

Risco de Concentração		
Emissor	% Patrimônio	Limite PI
RB CAPITAL SECURITIZADORA SA	6,49%	10,00%
BNDES PARTICIPACOES SA BNDESPAR	5,30%	10,00%
CIA ENERGETICA MINAS GERAIS CEMIG	3,54%	10,00%
ALGAR TELECOM S.A	2,23%	10,00%
BCO BRADESCO SA	2,15%	10,00%
BCO MERCANTIL BRASIL SA	1,72%	20,00%
ITAUSA INVESTS ITAU SA	1,71%	20,00%
JOAO FORTES ENGENHARIA SA	1,50%	10,00%
CETIP SA MERCADOS ORGANIZADOS	1,48%	10,00%
RAIA DROGASIL SA	1,34%	10,00%

Alocação por Segmento de Investimentos			
	% Patrimônio	Limite PI Mín	Limite PI Máx
<b>Renda Fixa</b>	81,64%	60%	100%
<b>Renda Variável</b>	16,10%	0%	20%
<b>Estruturados</b>	2,26%	0%	5%
<b>Imóveis</b>	0,00%	0%	5%
<b>Empréstimos</b>	0,00%	0%	5%

**VaR** - Value at Risk

**Limite PI** - Limite estabelecido na Política de Investimentos dos Planos

## CUSTOS DA GESTÃO DE INVESTIMENTOS - FIOPREV

Custos da Gestão de Investimentos - FIOPREV					
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	2016
<b>Custos Totais da Gestão</b>	<b>880.979,15</b>	<b>1.007.483,88</b>	<b>1.292.018,69</b>	<b>1.291.749,73</b>	<b>4.472.231,45</b>
<b>Gestão Interna</b>	<b>394.389,75</b>	<b>462.967,49</b>	<b>563.938,71</b>	<b>660.360,35</b>	<b>2.081.656,30</b>
<b>Pessoal/Encargos</b>	<b>204.290,86</b>	<b>261.819,41</b>	<b>250.599,42</b>	<b>473.942,33</b>	<b>1.190.652,02</b>
<b>Serviço de Terceiros</b>	<b>135.923,89</b>	<b>145.973,50</b>	<b>266.027,85</b>	<b>140.412,08</b>	<b>688.337,32</b>
Consultoria	<b>122.733,82</b>	<b>130.475,64</b>	<b>250.438,22</b>	<b>125.085,39</b>	<b>628.733,07</b>
Jurídica	71.328,22	80.277,95	171.376,47	68.694,02	391.676,66
Contábil	11.510,87	11.807,01	11.807,01	15.742,68	50.867,57
Auditoria	839,48	-	2.558,87	3.838,29	7.236,64
Gestão/Planejamento	13.853,58	12.785,92	38.766,09	10.762,08	76.167,67
Informática	20.538,43	21.529,87	20.856,33	21.519,12	84.443,75
RH	-	-	-	-	-
Outras	4.663,24	4.074,89	5.073,45	4.529,20	18.340,78
<b>Custódia/Controladoria <sup>(1)</sup></b>	<b>13.190,07</b>	<b>15.497,86</b>	<b>15.589,63</b>	<b>15.326,69</b>	<b>59.604,25</b>
<b>Despesas Gerais</b>	<b>51.361,33</b>	<b>52.785,87</b>	<b>44.905,43</b>	<b>44.070,07</b>	<b>193.122,70</b>
<b>Depreciação e Amortização</b>	<b>2.813,67</b>	<b>2.388,71</b>	<b>2.406,01</b>	<b>1.935,87</b>	<b>9.544,26</b>
<b>Corretagens</b>	-	-	-	-	-
<b>Taxa Oper. CBLC</b>	-	-	-	-	-
<b>Taxa Oper. Bovespa</b>	-	-	-	-	-
<b>Gestão Externa</b>	<b>486.589,40</b>	<b>544.516,39</b>	<b>728.079,98</b>	<b>631.389,38</b>	<b>2.390.575,15</b>
<b>Taxa de Administração</b>	166.495,50	176.074,72	15.523,85	15.507,54	373.601,61
<b>Taxa de Gestão</b>	153.149,49	139.626,63	259.041,40	233.904,93	785.722,45
<b>Taxa de Performance</b>	-	-	292.875,33	-	292.875,33
<b>Corretagem BOVESPA</b>	288,30	267,24	-	-	555,54
<b>Corretagem BM&amp;F</b>	-	-	-	-	0,00
<b>Taxa SELIC</b>	938,57	1.023,01	942,00	894,37	3.797,95
<b>Taxa CETIP</b>	13.349,69	13.740,05	8.684,47	8.701,20	44.475,41
<b>Taxa Bovespa</b>	-	-	295,79	302,15	597,94
<b>Taxa BM&amp;F</b>	7.944,79	-	-	-	7.944,79
<b>Custódia</b>	46.429,45	45.154,41	31.919,19	31.507,92	155.010,97
<b>Auditorias</b>	-	65.160,37	4.890,00	-	70.050,37
<b>Outras <sup>(2)</sup></b>	97.993,61	103.469,96	113.907,95	340.571,27	655.942,79

<sup>(1)</sup> Os valores referentes à custódia e controladoria estão contabilizados no grupo 5 do plano de contas consolidado. Contudo, por serem dotadas de natureza administrativa formam os custos com a gestão de investimentos.

<sup>(2)</sup> CVM, Cartório, ANBIMA, IPTU, Assessoria, Consultoria e Controladoria.

## RELATÓRIO CONSOLIDADO DE PERFORMANCE

Relatório Consolidado de Performance						
Segmento		Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	Rentabilidade %			
			No mês	3 meses	6 meses	No ano
<b>RENDA FIXA</b>		142,579.33	1,73	3,15	7,49	18,84
GESTÃO PRÓPRIA	Carteira Própria	97.658,10	1,38	2,47	7,13	24,69
	Bradesco FI MULT Fioprev	15.178,06	1,19	3,43	7,06	14,17
GESTÃO TERCEIRIZADA	FIDC Multisetorial BVA Master Senior	358.63	963,92	1087,65	5351,05	1759,05
	BB Institucional Federal FIC FI RF LP	16,790.32	1,10	3,18	6,69	13,71
	Bradesco FI REF DI Federal Extra	11,828.17	1,09	3,18	6,69	13,68
	FIDC Multisetorial BVA Master II Senior	322.02	1116,38	1047,43	5413,74	1792,67
	FIDC Italia Sen	444.02	1,69	-68,20	-67,33	-65,76
<b>RENDA VARIÁVEL</b>		<b>33,550.32</b>	<b>-1,08</b>	<b>-0,46</b>	<b>7,18</b>	<b>17,29</b>
GESTÃO PRÓPRIA	Carteira Própria	6.267,39	-2,55	7,44	24,17	18,00
GESTÃO TERCEIRIZADA	Fioprev Fundo de Investimento em Acoes	27.282,92	-0,74	-2,26	3,71	16,31
<b>INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>		<b>4,071.48</b>	<b>2,13</b>	<b>2,08</b>	<b>1,58</b>	<b>10,86</b>
	Vector Queluz Lajes Corporativas FII	4,071.48	2,13	2,08	1,58	10,86
<b>IMÓVEIS</b>		<b>6,377.48</b>	<b>0,59</b>	<b>1,77</b>	<b>3,57</b>	<b>7,05</b>
	Morumbi Square - São Paulo	6,377,48	0,59	1,77	3,57	7,05
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>		<b>975,93</b>	<b>-3,66</b>	<b>23,30</b>	<b>8,89</b>	<b>-31,46</b>
	Operações com Participantes CLT	107,61	-2,78	13,55	22,67	34,83
	Operações com Participantes RJU	868,32	-3,77	24,57	7,63	-35,18
<b>CONSOLIDADO</b>		<b>187.554,54</b>	<b>1,17</b>	<b>2,55</b>	<b>7,12</b>	<b>17,81</b>
META ATUARIAL: INPC + 4,5%aa			0,51%	1,49%	3,67%	11,38%
DIFERENÇA CONSOLIDADO - META			0,66%	1,05%	3,32%	5,78%
CDI			1,12%	3,24%	6,82%	14,00%
IFM			1,94%	3,67%	8,03%	14,57%
IMA-B			2,91%	2,30%	7,46%	24,81%
IFMI			1,22%	3,17%	6,73%	13,21%
IBOVESPA			<b>-2,71%</b>	<b>3,19%</b>	<b>16,89%</b>	<b>38,94%</b>
IBrX - 100			<b>-2,55%</b>	<b>2,53%</b>	<b>16,10%</b>	<b>36,70%</b>
IBrX - 50			<b>-2,80%</b>	<b>2,88%</b>	<b>16,20%</b>	<b>36,82%</b>

Fonte: Aditus/RiskOffice

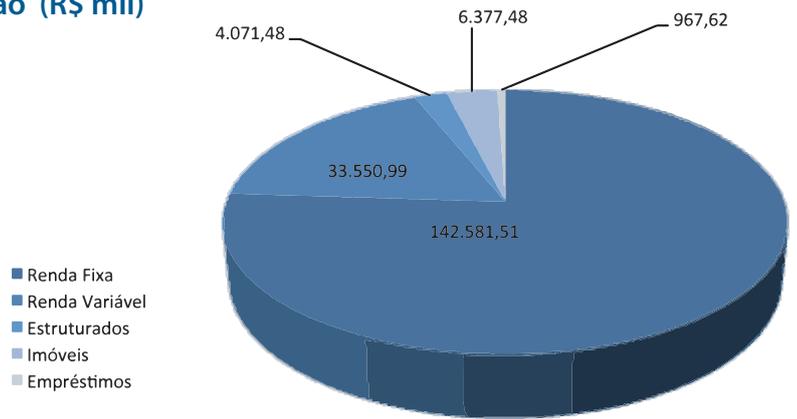
## RENTABILIDADE POR SEGMENTO (%)

SEGMENTO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
<b>RENTABILIDADE BRUTA</b>													
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>1,18</b>	<b>1,48</b>	<b>2,89</b>	<b>2,43</b>	<b>0,08</b>	<b>1,81</b>	<b>2,25</b>	<b>1,13</b>	<b>1,12</b>	<b>2,06</b>	<b>-0,60</b>	<b>1,22</b>	<b>18,38</b>
Renda Fixa	1,61	1,57	2,78	2,23	0,58	1,42	1,65	1,37	1,17	0,70	0,71	1,75	19,00
Renda Variável	-0,21	1,26	5,15	4,96	-3,98	5,48	7,81	-0,49	0,88	7,82	-6,37	-0,92	22,28
Investimentos Estruturados	2,50	1,67	1,39	0,89	1,04	2,46	-1,66	0,68	1,08	0,27	0,04	2,29	13,32
Imóveis	0,38	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59	7,05
Empréstimos	-9,25	-3,47	-10,83	-6,65	-6,64	-7,56	-8,18	-2,15	-1,71	30,78	-2,14	-3,66	-31,46
<b>RENTABILIDADE LÍQUIDA</b>													
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>1,16</b>	<b>1,45</b>	<b>2,86</b>	<b>2,39</b>	<b>0,06</b>	<b>1,69</b>	<b>2,22</b>	<b>1,09</b>	<b>1,08</b>	<b>2,02</b>	<b>-0,64</b>	<b>1,17</b>	<b>17,81</b>
Renda Fixa	1,60	1,56	2,77	2,22	0,57	1,41	1,64	1,36	1,16	0,69	0,69	1,73	18,84
Renda Variável	-1,71	1,11	4,97	4,72	-4,06	4,41	7,62	-0,66	0,72	7,64	-6,51	-1,08	17,29
Investimentos Estruturados	2,31	1,49	1,20	0,71	0,85	2,26	-1,84	0,48	0,89	0,09	-0,14	2,13	10,86
Imóveis	0,38	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59	7,05
Empréstimos	-9,25	-3,47	-10,83	-6,65	-6,64	-7,56	-8,18	-2,15	-1,71	30,78	-2,14	-3,66	-31,46

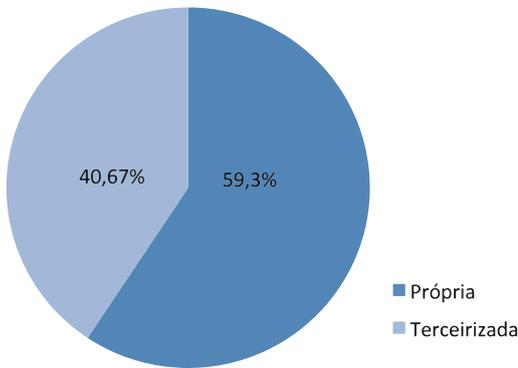
## RELATÓRIO GERENCIAL DE INVESTIMENTO

### Recursos dos Planos por Segmento de Aplicação (R\$ mil)

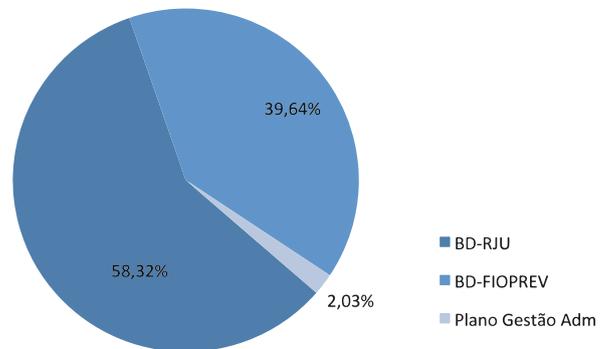
	Plano BD-RJU	Plano BD-FIOPREV	Plano Gestão Adm.
Renda fixa	77.382,42	62.582,71	2.616,38
Renda Variável	23.735,72	8.906,29	908,98
Estruturados	2.918,29	1.037,30	115,89
Imóveis	4.480,47	1.723,97	173,04
Empréstimos	864,41	103,21	0,00
<b>Total Recursos</b>	<b>109.381,32</b>	<b>74.353,49</b>	<b>3.814,28</b>



### Gestão dos Investimentos

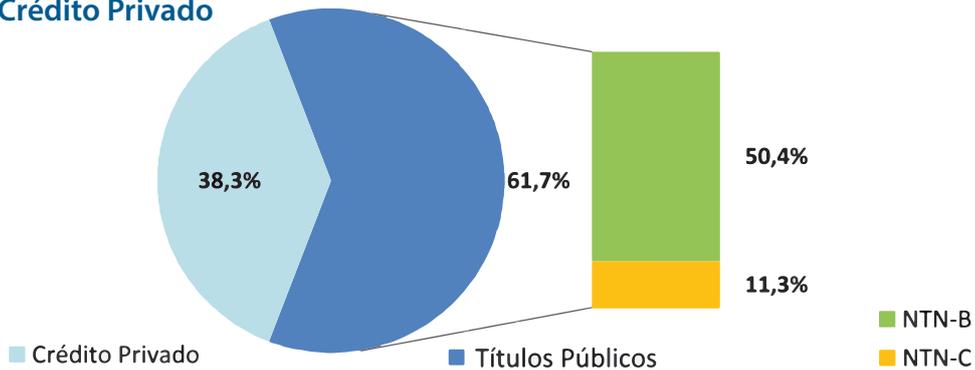


### Rateio dos Investimentos por plano

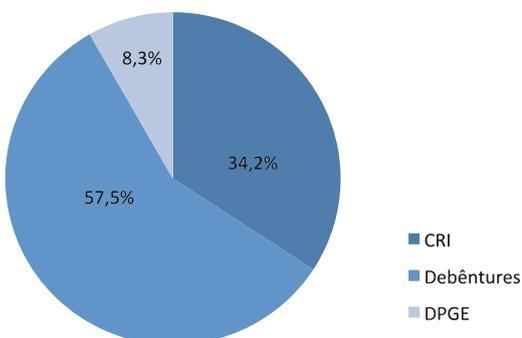


## CARTEIRA PRÓPRIA

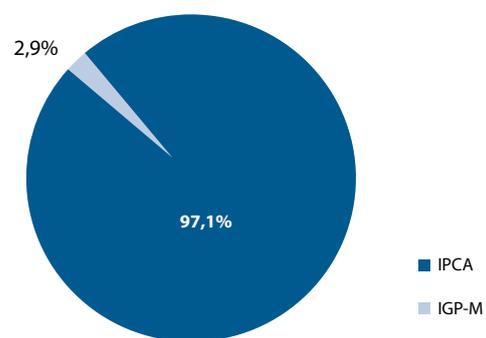
### Crédito Público x Crédito Privado



### Composição do Crédito Privado (por tipo de investimento)



### Composição do Crédito Privado (por indexador)



# Demonstrações contábeis

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

## BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

R\$ mil

Balço Patrimonial consolidado					
Ativo	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>116</b>	<b>150</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>6.513</b>	<b>2.568</b>
			Gestão Previdencial	6.246	614
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>194.707</b>	<b>276.243</b>	Gestão Administrativa	235	1.671
Gestão Previdencial	1.788	2.541	Investimentos	32	283
Gestão Administrativa	5.370	5.047			
Investimentos	187.549	268.655	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>7.673</b>	<b>7.498</b>
Títulos Públicos	60.272	96.000	Gestão Previdencial	2.438	2.650
Créditos Privados e Depósitos	37.388	37.130	Gestão Administrativa	5.235	4.848
Ações	6.268	5.319			
Fundos de Investimentos	76.276	121.664	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>180.703</b>	<b>266.416</b>
Investimentos Imobiliários	6.377	6.418	<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>48.263</b>	<b>149.494</b>
Empréstimos e Financiamentos	968	2.124	Provisões Matemáticas	35.409	203.185
			Benefícios Concedidos	17.536	56.489
<b>PERMANENTE</b>	<b>66</b>	<b>89</b>	Benefícios a Conceder	17.873	146.696
Imobilizado	20	34	Equilíbrio Técnico	12.854	(53.691)
Intangível	46	55	Resultados Realizados	12.854	(53.691)
			Déficit Técnico Acumulado	12.854	(53.691)
			<b>Fundos</b>	<b>132.440</b>	<b>116.922</b>
			Fundos Previdenciais	126.612	109.695
			Fundos Administrativos	3.782	5.328
			Fundos de Investimentos	2.046	1.899
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>194.889</b>	<b>276.482</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>194.889</b>	<b>276.482</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADA

R\$ mil

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada			
Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
<b>A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>266.416</b>	<b>248.022</b>	<b>7,42</b>
<b>1. ADIÇÕES</b>	<b>49.963</b>	<b>30.451</b>	<b>64,08</b>
(+) Contribuições Previdenciais	7.239	6.043	19,79
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	39.398	20.933	88,21
(+) Receitas Administrativas	1.836	2.620	(29,92)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.131	720	57,08
(+) Revresão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	212	-	-
(+) Constituição de Fundos de Investimento	147	135	8,89
	-	-	-
<b>2. DESTINAÇÕES</b>	<b>(135.677)</b>	<b>(12.057)</b>	<b>1.025,30</b>
(-) Benefícios	(131.164)	(7.481)	1.653,30
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	-	-
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(586)	(100,00)
(-) Despesas Administrativas	<b>(4.513)</b>	<b>(3.990)</b>	<b>13,11</b>
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	-	-
<b>3. ACRÉSCIMOS/DECRÉSCIMOS NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1+2)</b>	<b>(85.713)</b>	<b>18.394</b>	<b>(565,98)</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	(167.776)	16.610	(1.110,09)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	66.545	(6.133)	1.185,03
(+/-) Fundos Previdenciais	16.916	8.431	100,64
(+/-) Fundos Administrativos	(1.546)	(649)	138,21
(+/-) Fundos dos Investimentos	148	135	9,63
<b>B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)</b>	<b>180.703</b>	<b>266.416</b>	<b>(32,17)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – CONSOLIDADA

R\$ mil

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada			
Descrição	Exercício Atual	Exercício WAnterior	Variação (%)
<b>A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>5.328</b>	<b>5.977</b>	(10,86)
<b>1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>2.966</b>	<b>3.340</b>	<b>(11,20)</b>
1.1. RECEITAS	2.966	3.340	(11,20)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.010	1.496	(32,49)
Custeio Administrativo dos Investimentos	821	1.121	(26,76)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.131	720	57,08
Outras Receitas	4	3	33,33
<b>2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>4.513</b>	<b>3.989</b>	<b>13,14</b>
2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	2.488	2.281	9,07
Pessoal e Encargos	1.541	1.249	23,38
Treinamentos/Congressos e Seminários	3	3	0,00
Viagens e Estadias	16	31	(48,39)
Serviços de Terceiros	499	679	(26,51)
Despesas Gerais	412	299	37,79
Depreciações e Amortizações	17	20	(15,00)
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	2.022	1.708	18,38
Pessoal e Encargos	1.187	951	24,82
Treinamentos/Congressos e Seminários	2	10	(80,00)
Viagens e Estadias	2	1	100,00
Serviços de Terceiros	629	451	39,47
Despesas Gerais	193	283	(31,80)
Depreciações e Amortizações	9	12	(25,00)
2.3. OUTRAS DESPESAS	3	-	-
<b>3. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>4. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3)</b>	<b>(1.547)</b>	<b>(649)</b>	<b>138,37</b>
<b>5. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO ( 4 )</b>	<b>(1.547)</b>	<b>(649)</b>	<b>138,37</b>
<b>B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)</b>	<b>3.781</b>	<b>5.328</b>	<b>(29,04)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - PLANO BD-RJU E BD-FIOPREV

R\$ mil

Descrição - PLANO BD-RJU	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
<b>1. ATIVOS</b>	<b>114.336</b>	<b>203.665</b>	<b>(43,86)</b>
Disponível	83	176	9,21
Recebível	4.872	7.003	(30,43)
Investimento	109.381	196.586	(44,36)
Títulos Públicos	43.233	67.805	(36,24)
Créditos Privados e Depósitos	26.272	26.122	0,57
Ações	4.117	3.393	21,34
Fundos de Investimentos	30.415	92.743	(67,21)
Investimentos Imobiliários	4.480	4.518	(0,84)
Empréstimos e Financiamentos	864	2.005	(56,91)
<b>2. OBRIGAÇÕES</b>	<b>8.662</b>	<b>3.426</b>	<b>152,83</b>
Operacional	6.224	776	702,06
Contingencial	2.438	2.650	(8,00)
<b>3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>4.568</b>	<b>5.859</b>	<b>(22,03)</b>
Fundos Administrativos	3.142	4.490	(30,02)
Fundos dos Investimentos	1.426	1.369	4,16
<b>4. RESULTADOS A REALIZAR</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)</b>	<b>194.380</b>	<b>179.883</b>	<b>8,06</b>
Provisões Matemáticas	-	171.570	(100,00)
Superávit/Déficit Técnico	-	(65.015)	(100,00)
Fundos Previdenciais	101.106	87.825	15,12

Descrição - PLANO BD-FioPrev	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
<b>1. ATIVOS</b>	<b>75.081</b>	<b>66.289</b>	<b>13,26</b>
Disponível	30	30	0,00
Recebível	698	866	(19,40)
Investimento	74.353	65.393	13,70
Títulos Públicos	16.228	25.521	(36,41)
Créditos Privados e Depósitos	9.979	9.848	1,33
Ações	2.006	1.799	11,51
Fundos de Investimentos	44.313	26.380	67,98
Investimentos Imobiliários	1.724	1.726	(0,12)
Empréstimos e Financiamentos	103	119	(13,45)
<b>2. OBRIGAÇÕES</b>	<b>52</b>	<b>113</b>	<b>(53,98)</b>
Operacional	52	113	(53,98)
<b>3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>1.260</b>	<b>1.368</b>	<b>(7,89)</b>
Fundos Administrativos	640	838	(23,63)
Fundos dos Investimentos	620	530	16,98
<b>4. RESULTADOS A REALIZAR</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)</b>	<b>73.769</b>	<b>64.808</b>	<b>13,83</b>
Provisões Matemáticas	35.408	31.614	12,00
Superávit/Déficit Técnico	12.854	11.324	13,51
Fundos Previdenciais	25.506	21.870	16,63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANOS BD-RJU E BD-FIOPREV

R\$ mil

Descrição - PLANO BD-RJU		Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
<b>A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>		<b>194.380</b>	<b>179.883</b>	<b>8,06</b>
<b>1. ADIÇÕES</b>		<b>36.129</b>	<b>20.938</b>	<b>72,55</b>
(+)	Contribuições	7.233	6.037	19,81
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	28.684	14.901	92,50
	Revresão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	212	-	-
<b>2. DESTINAÇÕES</b>		<b>(129.404)</b>	<b>(6.441)</b>	<b>1.909,07</b>
(-)	Benefícios	(129.404)	(5.855)	2.110,15
(-)	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(586)	(100,00)
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-	-
(-)	Custeio Administrativo	-	-	-
<b>3. ACRÉSCIMOS/DECRÉSCIMOS NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)</b>		<b>(93.275)</b>	<b>14.497</b>	<b>(743,41)</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	(171.571)	13.440	(1.376,57)
(+/-)	Fundos Previdenciais	13.281	6.435	106,39
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	65.015	(5.378)	1.308,91
<b>B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)</b>		<b>101.105</b>	<b>194.380</b>	<b>(47,99)</b>
<b>C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>		<b>4.568</b>	<b>5.859</b>	<b>(22,03)</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	3.142	4.490	(30,02)
(+/-)	Fundos dos Investimentos	1.426	1.369	4,16

Descrição - PLANO BD-FioPrev		Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
<b>A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>		<b>64.808</b>	<b>60.396</b>	<b>7,31</b>
<b>1. ADIÇÕES</b>		<b>10.720</b>	<b>6.038</b>	<b>77,54</b>
(+)	Contribuições	6	6	0,00
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	10.714	6.032	77,62
<b>2. DESTINAÇÕES</b>		<b>(1.760)</b>	<b>(1.626)</b>	<b>8,24</b>
(-)	Benefícios	(1.760)	(1.626)	8,24
(-)	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	-	-
(-)	Custeio Administrativo	-	-	-
<b>3. ACRÉSCIMOS/DECRÉSCIMOS NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)</b>		<b>8.960</b>	<b>4.412</b>	<b>103,08</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	3.794	3.170	19,68
(+/-)	Fundos Previdenciais	3.636	1.996	82,16
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.530	(754)	302,92
<b>B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)</b>		<b>73.768</b>	<b>64.808</b>	<b>13,83</b>
<b>C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>		<b>1.260</b>	<b>1.368</b>	<b>(7,89)</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	640	838	(23,63)
(+/-)	Fundos dos Investimentos	620	530	16,98

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANOS BD-RJU E BD-FIOPREV

R\$ mil

Descrição - PLANO BD-RJU	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
<b>PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4)</b>	<b>108.756</b>	<b>196.526</b>	<b>(44,66)</b>
<b>1. PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	-	<b>171.571</b>	<b>(100,00)</b>
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-	<b>40.742</b>	<b>(100,00)</b>
Benefício Definido	-	40.742	(100,00)
1.2. BENEFÍCIOS A CONCEDER	-	<b>130.829</b>	<b>(100,00)</b>
Benefício Definido	-	130.829	(100,00)
<b>2. EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	-	<b>(65.015)</b>	<b>(100,00)</b>
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	-	<b>(65.015)</b>	<b>(100,00)</b>
(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(65.015)	(100,00)
<b>3. FUNDOS</b>	<b>102.532</b>	<b>89.194</b>	<b>14,95</b>
3.1 Fundos Previdenciais	101.106	87.825	15,12
3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.426	1.369	4,16
<b>4. EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>6.224</b>	<b>776</b>	<b>702,06</b>
4.1 Gestão Previdencial	6.208	572	985,31
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	16	204	(92,16)

Descrição - PLANO BD-FioPrev	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
<b>PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4)</b>	<b>74.442</b>	<b>65.451</b>	<b>13,74</b>
<b>1. PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>35.409</b>	<b>31.614</b>	<b>12,00</b>
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	<b>17.536</b>	<b>15.747</b>	<b>11,36</b>
Benefício Definido	17.536	15.747	11,36
1.2. BENEFÍCIOS A CONCEDER	<b>17.873</b>	<b>15.867</b>	<b>12,64</b>
Benefício Definido	17.873	15.867	12,64
<b>2. EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>12.854</b>	<b>11.324</b>	<b>13,51</b>
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	<b>12.854</b>	<b>11.324</b>	<b>13,51</b>
Superávit Técnico Acumulado	<b>12.854</b>	<b>11.324</b>	<b>13,51</b>
Reserva de Contingência	8.416	7.745	8,66
Reserva Especial para Revisão de Plano	4.438	3.579	24,00
<b>3. FUNDOS</b>	<b>26.127</b>	<b>22.400</b>	<b>16,64</b>
3.1 Fundos Previdenciais	25.506	21.870	16,63
3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	621	530	17,17
<b>4. EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>52</b>	<b>113</b>	<b>(53,98)</b>
4.1 Gestão Previdencial	38	42	(9,52)
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	14	71	(80,28)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

# Notas explicativas às demonstrações contábeis

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015  
(EM MILHARES DE REAIS)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL – FioPrev** é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social – MPS, através do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e, das resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional, estando sob o regime definido pelas Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29.05.2001.

Constituído em 1984, como pessoa jurídica de direito privado e aprovado em 1985 pela então Secretaria de Previdência Complementar do Ministério de Previdência e Assistência Social, está em funcionamento desde 1987. O FioPrev tem por objetivo complementar a aposentadoria dos funcionários de suas patrocinadoras, a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ e o próprio FioPrev, e assegurar, em caso de morte, o pagamento de pecúlio e de pensão a seus beneficiários.

Os recursos de que a entidade dispõe para o cumprimento de seus objetivos foram constituídos por contribuições de suas patrocinadoras e seus participantes, bem como dos rendimentos resultantes das aplicações dessas contribuições no mercado financeiro. Os investimentos desses recursos obedecem às regras fixadas pela Resolução CMN nº 3792, de 24.09.2009, publicada no Diário Oficial da União de 28 de setembro de 2009, e suas alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 3.846, de 25.03.2010, CMN nº 4.275, de 31.10.2013, e CMN nº 4.449, de 20.11.2015.

A Entidade aplica seus recursos financeiros integralmente no país e não distribui lucro ou participações de seus resultados. A escrituração contábil é centralizada em sua sede e está registrada em livros obrigatórios, revestida das formalidades legais, capazes de assegurar sua exatidão.

A adaptação dos regulamentos dos planos de benefícios previdenciários às Leis nº 108 e nº 109/2001, e posteriormente à Resolução CGPC nº 19/2006, ainda não foi aprovada pela PREVIC.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis em vigor no Brasil e em observância à ITG 2001, aprovada pela Resolução CFC nº 1.272, de 22.01.2010, Resolução CNPC nº 8, de 31.10.2011, alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 19.08.2013 e Instrução SPC nº 34, de 24.09.2009, também alterada pelas Instruções PREVIC nº 21, de 23.03.2015, e nº 25, de 17.12.2015.

A moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que o FioPrev opera. O FioPrev não possui ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data do fechamento das suas Demonstrações Contábeis.

Conforme determinado no artigo 2º da Instrução nº 25, de 17 de dezembro de 2015, os modelos das demonstrações contábeis, consolidadas e por planos a serem elaboradas pelas entidades fechadas de previ-

dência complementar - EFPC e encaminhadas à PREVIC, são os seguintes, referentes ao exercício social:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- c) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com exercício anterior;
- e) Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com exercício anterior;
- f) Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano – DPT (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior.

### 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas adotadas pela entidade estão em conformidade com o item II – Procedimentos Operacionais, do Anexo A – Normas Complementares, da Instru o Normativa MPAS/SPC n  34, e estão resumidas a seguir:

- a. As adições, contribuições previdenciárias e deduções, pagamento de benefícios, as receitas e despesas do PGA, as rendas/variações positivas e as deduções/variações negativas, da gestão de investimentos, são registrados segundo o princípio da competência.
- b. Em atendimento   Resolução CGPC n  4, de 30.11.2002, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:
  - (a) **Títulos para negociação** – títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizadas reconhecidos no resultado do exercício.

(b) **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários com vencimentos superiores a 12 (doze) meses da data de aquisição, os quais a entidade possui interesse e capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo classificados como de baixo risco por agência de risco do país, e que serão avaliados pela taxa de rendimentos intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de mercado, quando aplicável e seus efeitos reconhecidos em conta específica no resultado do exercício.

As aplicações em fundos estão demonstradas pelos valores das cotas informados pelos administradores na data-base das demonstrações contábeis. As aplicações em ações são contabilizadas pelo custo de aquisição acrescido das despesas de corretagem e outras taxas incidentes, sendo avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação foi negociada em Bolsa de Valores, conforme passou a determinar a Resolução CGPC n  25, de 30.06.2008. Em caso de não haver negociação nos últimos seis meses, a avaliação é efetuada pelo valor patrimonial da ação, deduzidas as provisões para perdas, quando aplicável.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, são adotados os seguintes critérios:

- (1) Títulos públicos, com base nas taxas m dias divulgadas pela Andima;
- (2) Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores; e
- (3) Fundos de investimentos, pelo valor da cota na data do balanço, informada pelo administrador do fundo.

As aplicações no segmento de renda fixa estão registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) e os investimentos em ações estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), em atendimento   Resolução CMN n  3.792, de 24.09.2009, e suas alterações.

- c. Os investimentos imobiliários estão demonstrados ao custo de aquisição, reavaliados em período não superior a três anos e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear, à taxa de 2% ao ano ou às taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos técnicos de avaliação.

As instalações são demonstradas ao custo de aquisição e depreciadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano.

- d. Os empréstimos e financiamentos referem-se aos empréstimos simples concedidos a participantes, incluídas as parcelas referentes ao principal, à atualização monetária e aos juros até a data do balanço.
- e. Os registros das despesas administrativas são realizados no Plano de Gestão Administrativa – PGA, por meio de sistema de alocações diretas, combinadas com rateios de despesas comuns à gestão previdencial, e de investimentos.

Os bens que constituem o Permanente - Imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, conforme determinado no Regulamento do Imposto de Renda - RIR.

#### % ao ano

Móveis e Utensílios	10
Máquinas e Equipamentos	10
Computadores e Periféricos	20

Os gastos com software e reorganização são amortizados à taxa de 20% ao ano e encontram-se registrados no Permanente – Intangível.

- f. A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída com base no item II do ANEXO A da Instrução Normativa MPAS/SPC nº 34/2009, que determina a constituição de provisão escalonada equivalente a 25% para atrasos entre sessenta e um dias e cento e vinte dias, 50% para atrasos entre cento e vinte e um dias e duzentos e quarenta

dias, 75% para atrasos entre duzentos e quarenta e um dias e trezentos e sessenta dias e 100% para atrasos superiores a trezentos e sessenta dias.

## 4 GESTÃO PREVIDENCIAL

### 4.1 Plano BD-FIOPREV (CNPB Nº 1985.0003-18)

Em 2012, a Reserva Especial para Revisão do Plano foi revertida para o Fundo Previdencial - Revisão de Plano, conforme previsto no Art. 17 da Resolução CGPC nº 26, de 29.09.2008.

De acordo com o previsto no Art. 20 da Resolução CGPC nº 26/2008. O Conselho Deliberativo aprovou as seguintes medidas:

- Em 2011, redução parcial de contribuições.
- Em 2012, redução integral ou suspensão da cobrança de contribuições.
- Em 2013, o Conselho não deliberou sobre a melhoria dos benefícios e/ou reversão de valores de forma parcelada aos participantes, aos assistidos e/ou aos patrocinadores, pois entendeu que deveria aguardar um posicionamento jurídico sobre os recursos da patrocinadora Fiocruz que permaneceram no Plano BD-FIOPREV após o RJU. Entretanto, com a retirada do patrocínio da Fiocruz ao Plano BD-RJU, essa questão ficará resolvida com a retirada do patrocínio da Fiocruz ao Plano BD-FIOPREV, que ocorrerá em 2017, após o processo de retirada de patrocínio do Plano BD-RJU.

### EM 31.12.2016, O CUSTEIO DO PLANO ERA O SEGUINTE:

#### Participantes Ativos, Assistidos e Patrocinadores

0% sobre o salário de participação devido à aplicação, em 2012, da redução integral das contribuições.

### 4.2 Plano BD-RJU (CNPB Nº 1991.0001-38)

Em março de 2015, a Fiocruz formalizou o pedido de retirada de patrocínio do Plano BD-RJU. Em outubro, após aprovação do Conselho Deliberativo, o termo de retirada foi protocolado na PREVIC. A data base do processo de retirada é 30.04.2015.

Em 31 de maio de 2016, conforme portaria PREVIC nº

238, de 31 de maio de 2016, o Diretor de Análise Técnica, considerando as manifestações técnicas exaradas no processo PREVIC nº 44011.000490/2015-85, comando nº 404899483 e juntada nº 417429570, autorizou a retirada de patrocínio da Fundação Oswaldo Cruz do Plano BD-RJU, CNPB nº 1991.0001-38, administrado pelo Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social – FioPrev, e aprovou o “Termo de Retirada de Patrocínio” que entre si fizeram o Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social – FioPrev, na qualidade de Entidade Fechada de Previdência Complementar, e a Fundação Oswaldo Cruz, na qualidade de Patrocinadora.

#### 4.3 No quadro abaixo está o registro do montante relativo aos valores cuja quitação ocorrerá pela efetivação da retirada de patrocínio.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.16	31.12.15
<b>Recursos a Receber</b>	<b>1.424</b>	<b>1.167</b>
Contribuições do mês	-	911
Participantes	-	906
Autopatrocínados	-	5
<b>Contribuições normais em atraso</b>	<b>9</b>	<b>35</b>
Participantes	9	35
Autopatrocínados	-	-
<b>Outros Recursos a Receber</b>	<b>1.415</b>	<b>221</b>
Adiantamentos	21	3
Outros Realizáveis	343	1.371
<b>Total da Gestão Previdencial</b>	<b>1.788</b>	<b>2.541</b>

#### 4.3.1 Na rubrica Outros Recursos a Receber os valores apresentados são decorrentes de revisões nas aposentadorias, com efeito retroativo, que determinaram a devolução de complementações de aposentadoria pagas a maior.

Na rubrica Outros Realizáveis os valores apresentados são decorrentes de valores a classificar, cuja quitação ocorrerá no exercício seguinte, pela identificação dos referidos valores.

## 5 GESTÃO DE INVESTIMENTO

### 5.1 Realizável da Gestão de Investimento

Em 31.12.2016, a posição da carteira de investimentos do FioPrev estava em consonância com a Resolu-

ção CMN nº 3.792 e alterações, conforme registrado no quadro demonstrativo abaixo.

### DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.16	31.12.15
<b>Títulos Públicos</b>	<b>60.272</b>	<b>96.000</b>
Títulos públicos Federais	60.272	96.000
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>	<b>37.388</b>	<b>37.130</b>
Instituições Financeiras	3.091	2.685
Companhias Abertas	34.297	34.445
<b>Ações 6.268</b>	<b>5.319</b>	
Companhias Abertas	6.268	5.319
<b>Fundos de Investimento</b>	<b>76.276</b>	<b>121.664</b>
Ações	27.283	23.457
Multimercado	43.797	87.334
Direitos Creditórios	1.125	7.110
Imobiliário	4.071	3.763
<b>Investimentos Imobiliários</b>	<b>6.377</b>	<b>6.418</b>
Aluguéis e Renda	6.377	6.418
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>968</b>	<b>2.124</b>
Empréstimos	968	2.124
<b>Total da Gestão de Investimentos</b>	<b>187.549</b>	<b>268.655</b>

#### 5.1.1. Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

De acordo com as regras da previdência complementar fechada, em especial a Instrução MPAS/CGPC nº 4/2002, poderão ser precificados com base na curva de juros os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, com prazo a decorrer superior a 12 (doze) meses a contar da data da aquisição e avaliação de baixo risco de crédito, para os quais a entidade tenha a capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento.

No entanto, em função da retirada de patrocínio do Plano BD-RJU, o Comitê de Investimentos analisou proposta de precificação de toda a carteira a mercado e, por unanimidade, aprovou o encaminhamento ao Conselho Deliberativo para aprovação. A proposta foi ponto de pauta na reunião de 17.09.2015, do Conselho Deliberativo, que aprovou a marcação a mercado de toda a carteira de renda fixa do FioPrev, a partir de 30.09.2015.

## 5.1.2. Composição dos Títulos

<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS</b>	<b>GestãoCarteira Terceirizada</b>	<b>Saldo Própria</b>	<b>Gestão 31.12.16</b>	<b>Carteira Terceirizada</b>	<b>Saldo Própria</b>	<b>31.12.15</b>
<b>TÍTULOS PÚBLICOS</b>						
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	12.589	12.589
Notas do Tesouro Nacional	-	60.272	60.272	-	83.411	83.411
<b>Subtotal</b>	-	<b>60.272</b>	<b>60.272</b>	-	<b>96.000</b>	<b>96.00</b>
<b>TÍTULOS PRIVADOS</b>						
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	12.794	12.794	-	12.870	12.870
Debêntures	-	21.503	21.503	-	21.576	21.576
Depósito à Prazo c/ Garantia Especial	-	3.091	3.091	-	2.684	2.684
<b>Subtotal</b>	-	<b>37.388</b>	<b>37.388</b>	<b>37.388</b>	-	<b>37.130</b>
<b>FUNDOS DE INVESTIMENTO</b>						
Abertos	28.619	-	28.619	61.226	-	61.226
Ações	27.283	-	27.283	23.457	-	23.457
Fundos Exclusivos	15.178	-	15.178	26.108	-	26.108
Fundos de Invest. Dir. Creditórios	1.125	-	1.125	7.110	-	7.110
Fundos de Invest. Imobiliário	4.071	-	4.071	4.071	-	3.763
<b>Subtotal</b>	<b>76.276</b>	-	<b>76.276</b>	<b>121.664</b>	-	<b>121.664</b>
<b>MERCADO DE AÇÕES</b>						
À Vista	-	6.268	6.268	-	5.319	5.319
<b>Subtotal</b>	-	<b>6.268</b>	<b>6.268</b>	-	<b>5.319</b>	<b>5.319</b>
<b>TOTAL</b>	<b>76.276</b>	<b>103.928</b>	<b>180.204</b>	<b>121.664</b>	<b>138.449</b>	<b>260.113</b>

## 5.1.3. Classificação dos Títulos por vencimento

	<b>31.12.16</b>				
	<b>Até 01 ano</b>	<b>01 a 05 ,anos</b>	<b>05 a 10 anos</b>	<b>Acima de 10 anos</b>	<b>Total</b>
<b>TÍTULOS PÚBLICOS</b>					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	29.358	-	30.914	-	60.272
<b>Subtotal</b>	<b>29.358</b>	-	<b>30.914</b>	-	<b>60.272</b>
<b>TÍTULOS PRIVADOS</b>					
Certificados de Rec. Imobiliários	-	-	-	12.794	12.794
Debêntures	11.093	4.026	6.384	-	21.503
Depósito à Prazo c/ Garantia Especial	3.091	-	-	-	3.091
<b>Subtotal</b>	<b>14.184</b>	<b>4.026</b>	<b>6.384</b>	<b>12.794</b>	<b>37.388</b>
<b>TOTAL</b>	<b>43.542</b>	<b>4.026</b>	<b>37.298</b>	<b>12.794</b>	<b>97.660</b>

	<b>31.12.15</b>				
	<b>Até 01 ano</b>	<b>01 a 05 ,anos</b>	<b>05 a 10 anos</b>	<b>Acima de 10 anos</b>	<b>Total</b>
<b>TÍTULOS PÚBLICOS</b>					
Letras Financeiras do Tesouro	12.589	-	-	-	12.589
Notas do Tesouro Nacional	27.461	26.546	29.404	83.411	96.000
<b>Subtotal</b>	<b>12.589</b>	<b>27.461</b>	<b>26.546</b>	<b>29.404</b>	<b>96.000</b>
<b>TÍTULOS PRIVADOS</b>					
Certificados de Rec. Imobiliários	-	-	-	12.870	12.870
Debêntures	-	15.450	6.126	-	21.576
Depósito à Prazo c/ Garantia Especial	-	2.684	-	-	2.684
<b>Subtotal</b>	-	<b>18.134</b>	<b>6.126</b>	<b>12.870</b>	<b>37.130</b>
<b>TOTAL</b>	<b>12.589</b>	<b>45.595</b>	<b>32.672</b>	<b>42.274</b>	<b>133.130</b>

Os títulos são registrados pelos valores de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

#### 5.1.4 Investimentos Imobiliários

Edifício Morumbi Square 11o Andar - De acordo com o que determina a Resolução CMN nº 3792/2009, e a Instrução Normativa MPAS/SPC nº 34/2009, que dispõe sobre a obrigação de reavaliação da carteira imobiliária a cada três anos. Em dezembro de 2014, foi realizada a referida reavaliação do imóvel constante da carteira e o resultado da reavaliação foi de R\$ 1.879 mil. A próxima reavaliação ocorrerá até dezembro de 2017. O saldo apresentado em 31.12.2016 é de R\$ 6.377 mil.

Em Assembléia Geral Extraordinária do Condomínio Edifício Morumbi Square, realizada em 15 de outubro de 2015, foi aprovada a realização das obras de recuperação da fachada do edifício, no valor total de R\$ 7.494 mil. Como o FioPrev tem uma participação no empreendimento de 4,99%, o valor total que caberá ao Instituto pagar será de R\$ 374 mil, com a última parcela sendo paga em 22.04.2017.

#### 5.1.5 Empréstimos e Financiamentos

As provisões para perdas, constituídas em 31.12.2016 e 2015, consideraram os critérios definidos pela Instrução Normativa MPAS/SPC nº 34/2009 e foram determinadas em função da verificação de atraso no recebimento da parcela do valor principal e os seus respectivos encargos.

A falta de margem consignável foi o principal motivo que determinaram a constituição de provisões para perda. Quando as parcelas de empréstimos não são descontadas na folha de pagamento da patrocinadora por falta de margem consignável, o FioPrev encaminha boleto bancário para pagamento da parcela com vencimento do dia 15 do mês subsequente à competência da parcela, mas uma parcela significativa dos boletos enviados não são pagos. Diante disso, ao final do prazo do refinanciamento da dívida, e após tentar negociação com o participante, o Instituto providencia cobrança judicial.

No quadro abaixo está demonstrada a composição das Operações com Participantes contemplando os saldos em 31.12.2016 e de 2015, representados pelo somatório dos empréstimos concedidos e as provisões para perdas.

DESCRIÇÃO	Exercícios findos em	
	31.12.16	31.12.15
Empréstimos	14.825	13.656
Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa	(13.857)	(11.532)
<b>Total</b>	<b>968</b>	<b>2.124</b>

#### 5.1.6 Administração dos Investimentos

O Instituto mantém contrato com o Banco Bradesco, credenciado na Comissão de Valores Mobiliários, para atuar como agente custodiante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativos às operações nos segmentos de renda fixa e renda variável. A gestão dos investimentos é exercida pela própria Entidade e por terceiros, observando o que dispõe sua Política de Investimento, devidamente aprovada pelo Conselho Deliberativo.

##### 5.1.6.1 Rentabilidade das Carteiras

A rentabilidade auferida pela carteira de investimentos, apurada pela Riskoffice/Aditus através do método de cotas, pode ser assim demonstrada:

SEGMENTO DE APLICAÇÃO	Exercícios findos em			
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
	<b>Rentabilidade Bruta</b>		<b>Rentabilidade Líquida</b>	
Renda Fixa	19,00%	15,63%	18,84%	15,54%
Renda Variável	22,28%	-9,71%	17,29%	-11,34%
Investimento Estruturado	13,32%	2,51%	10,86%	2,46%
Imóveis	7,05%	15,66%	7,05%	15,66%
Empréstimos	-31,46%	-30,13%	-31,46%	-30,13%
<b>Consolidado (*)</b>	<b>18,38%</b>	<b>11,51%</b>	<b>17,81%</b>	<b>11,19%</b>

(\*) A meta atuarial dos planos BD-RJU e BD-FIOPREV (INPC + 4,5% a.a) no exercício de 2016 foi de 11,38%, e em 2015, 16,28%.

Para apuração da rentabilidade líquida dos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados foram consideradas as seguintes despesas: controladoria, custódia, taxa de performance, taxa de administração, taxa CVM, taxa Cetip, Taxa Sellic, taxa Anbima, taxa de Bolsa, corretagem, despesas cartoriais, despesas de auditoria, despesas de consultoria e taxa de permanência.

## 6 PERMANENTE

Representados pelo Imobilizado, que compõe os bens utilizados no desempenho das atividades sociais do FioPrev, e pelo Intangível, que são os gastos com aquisição de softwares e instalações em imóveis de terceiros.

A depreciação do Imobilizado e a amortização do Intangível seguem as determinações da Instrução Normativa nº SPC 34/2009 e estão demonstrados no quadro abaixo.

DESCRIÇÃO	Exercícios findos em			
	31.12.16	ADICÃO	EXCLUSÕES	
<b>31.12.15</b>				
Ativo Permanente	66	-	(23)	89
Imobilizado	20	-	(14)	34
Intangível	46	-	(9)	55

## 7 EXIGÍVEL OPERACIONAL

O Exigível Operacional está subdividido em Gestão Previdencial, Gestão de Investimentos e da Gestão Administrativa, e registra as obrigações decorrentes das operações do Instituto.

DESCRIÇÃO	Exercícios findos em	
	31.12.16	31.12.15
Gestão Previdencial	6.246	614
Gestão Administrativa	235	1.671
Investimentos		32
<b>Total</b>	<b>6.513</b>	<b>2.568</b>

**7.1.** Na Gestão Previdencial estão registrados os compromissos a pagar com benefícios de pagamento único, devoluções de reserva de poupança e outras exigibilidades, conforme descrito no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	Exercícios findos em	
	31.12.16	31.12.15
Benefício de Renda Continuada	-	140
Benefício de Pagamento Único	134	358
Retenções a Recolher	646	15
Outras Exigibilidades	5.466	101
<b>Total</b>	<b>6.246</b>	<b>614</b>

### 7.1.1 Outras exigibilidades

Na rubrica "Outras Exigibilidades" do quadro acima, os valores apresentados são decorrentes do provisionamento de pendências relacionadas ao evento da retirada de patrocínio da Fiocruz ao Plano BD-RJU, conforme descrito no item 9 destas notas explicativas, cujas contrapartidas estão refletidas nas contas de resultado.

### 7.2 Gestão administrativa - PGA

Na Gestão Administrativa – PGA, estão registrados os compromissos a pagar pertinentes a administração do respectivo Plano, conforme descrito no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	Exercícios findos em	
	31.12.16	31.12.15
Pessoal e Encargos	147	211
Fornecedores	44	43
Retenções a Recolher	44	44
Outras Exigibilidades	-	1.373
<b>Total</b>	<b>235</b>	<b>1.671</b>

## 8 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Representam os valores referentes aos registros dos depósitos judiciais da Gestão Administrativa e Previdencial.

Com relação à Gestão Administrativa, estão provisionados os valores relativos ao processo nº 19740.00255/2006-31, pertinente ao Mandado de Segurança com pedido de liminar nº 2006.81.01.011532-8, cujo objetivo é a suspensão do recolhimento de Pis e Cofins, pelo FioPrev, nos termos da Lei nº 9.718/98.

Com relação à Gestão Previdencial, o valor provisionado corresponde às ações de participantes do Plano BD-RJU, que buscam a devolução das contribuições vertidas ao plano. Foram considerados os valores de todas as ações, independente da avaliação dos nossos advogados se a perda é possível ou provável. Essa decisão foi tomada em razão do processo de retirada de patrocínio da Fiocruz ao Plano BD-RJU.

DESCRIÇÃO	Exercícios findos em		
	31.12.16	Provisões	31.12.15
Gestão Previdencial	2.428	(212)	2.650
Ações Partic. Plano BD-RJU	2.438	(212)	2.650
Gestão Administrativa	5.235	387	4.848
Contingências Tributárias	5.235	387	4.848
<b>Total</b>	<b>7.673</b>	<b>175</b>	<b>7.498</b>

Em 07.08.2013, o Consultor Tributário contratado pelo Instituto, encaminhou considerações sobre o trânsito em julgado do Mandado de Segurança nº 2006.51.01.011532-8, indicando os procedimentos administrativos a serem tomados pelo FioPrev em relação à autorização em juízo para o levantamento dos depósitos judiciais efetuados no curso do processo, e que a partir desse momento fossem interrompidas a realização dos referidos depósitos judiciais de Pis e Cofins.

Não foram provisionados R\$ 315 mil que correspondem a ações judiciais avaliadas pelos advogados do FioPrev como perdas possíveis.

## 9 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos atuariais efetuados por atuário externo e encontram-se demonstrados em consonância com a avaliação atuarial realizada com database em 31 de dezembro de 2016.

Em atendimento ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28.03.2006, alterada pela Resolução CNPC nº 9, de 29.11.2012, e Instrução PREVIC nº 7, de 12.12.2013, que estabelece parâmetros técnico-a-

tuariais para a estruturação de plano de benefícios de EFPC e dá outras providências, se fez necessária a realização de um estudo das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais dos Planos. Esse estudo tem o objetivo de atestar se as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, bem como os demais itens referentes ao custeio proposto para o plano de benefícios, inclusive a adoção de taxa de juros, estão adequadas às características da sua massa de participantes e assistidos, e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário, de forma a evitar ganhos e perdas atuariais cumulativas ao longo do tempo.

Com base nos estudos de aderência realizados, foi decidida a manutenção das hipóteses biométricas utilizadas na avaliação atuarial do plano BD-FIOPREV do exercício de 2016, com exceção para o fator de capacidade. Como as operações do Plano BD-RJU foram encerradas em 30.06.2016, não se faz necessária elaboração de avaliação atuarial.

As hipóteses de Rotatividade e de Crescimento Salarial foram mantidas como nula, por indicação da patrocinadora FioPrev. Também foi mantida, para ambos os planos, a hipótese relativa à composição familiar de ativos.

HIPÓTESES E PREMISSAS ATUARIAIS	2016	2015
<b>BASES POPULACIONAIS</b>		
Rotatividade	Nula	Nula
Composição Familiar de Assistidos	Família Real	Família Real
Composição Familiar de Ativos	EXP. FIOPREV 2014 (Fator de Reversão Médio)	EXP. FIOPREV 2014 (Fator de Reversão Médio)
<b>BASES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS</b>		
Taxa de Juros Técnico Atuarial	4,5% a.a.	4,5% a.a.
Projeção de Crescimento Real Anual do Salário	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de Capacidade	97,71%	97,73%
<b>HIPÓTESES BIOMÉTRICAS</b>		
Tábua de Mortalidade Geral / Sobrevivência	AT 2000 Básica M&F	AT 2000 Básica M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000-Disabled M&F	RP 2000-Disabled M&F
Tábua de Entrada em Invalidez	MERCER DISABILITY D30% M&F	MERCER DISABILITY D30% M&F

O FioPrev contratou a Riskoffice Consultoria Financeira para assessorar a Diretoria Administrativa-Financeira no levantamento das informações econômicas e financeiras necessárias à análise da aderência da taxa real de juros à taxa de retorno real projetada para os ativos dos planos de benefícios, em atendimento à Resolução CNPC nº 9, de 29.11.2012. O resultado do trabalho permitiu que o atuário da GAMA Consultores Associados, responsável pelas avaliações dos planos de benefícios, concluisse que a taxa de desconto real a ser utilizada na avaliação atuarial de 2016 dos planos de benefícios poderia ser mantida em 4,5% a.a.

A taxa de juros, conforme especificações da Portaria PREVIC nº 186/2016, é calculada de acordo com a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média e atualizada anualmente. Os limites mínimos e máximos são definidos com base na duração do passivo de cada Plano de Benefícios. Considerado o art. 5º da Instrução MPS/PREVIC nº 7/2013, neste estudo prospectivo, a GAMA avaliou o retorno anual esperado das carteiras de ativos a partir do fluxo do passivo do plano de benefícios. A demonstração da convergência da taxa de juros ocorreu por meio da apuração da Taxa Interna de Retorno – TIR da rentabilidade real gerada pelo fluxo de caixa dos ganhos financeiros do Plano.

O conceito da Taxa Interna de Retorno - TIR consiste na determinação de uma taxa de desconto que iguala o valor presente de receitas e despesas de um fluxo de caixa.

Portanto, a TIR calculada representa a taxa real de juros a ser utilizada nas projeções atuariais de tal forma a igualar o valor do patrimônio de cobertura na data base ao valor presente do fluxo de caixa de receitas e despesas e do patrimônio projetado ao final do período de análise, atendendo desta forma as ponderações aos fluxos de contribuições e despesas previdenciais totais.

Considerando o art. 5º da Instrução PREVIC nº 7/2013, no estudo prospectivo realizado pelo atuário, foi avaliado o retorno anual esperado das carteiras de ativos para o prazo de duration do ativo e do passivo do plano de benefícios, sendo as projeções realizadas para o período da maior duration. A demonstração da convergência da taxa de juros ocorreu por meio

da apuração da Taxa Interna de Retorno – TIR da rentabilidade real gerada pelo fluxo de caixa dos ganhos financeiros de cada plano. Portanto, a TIR calculada representa a taxa real de juros a ser utilizada nas projeções atuariais, de tal forma a igualar o valor do patrimônio de cobertura, na database, ao valor presente do fluxo de caixa de receitas e despesas e do patrimônio final do período da análise, atendendo assim, as ponderações aos fluxos de contribuições e despesas previdenciais totais.

Com base no estudo prospectivo e nos dados e informações prestadas pelo FioPrev, a duração do passivo é de 14,50 anos, correspondendo a uma taxa de juros de 6,62% a.a.; a taxa mínima é de 4,36% a.a., enquanto a máxima é de 6,63% a.a.

Cabe a entidade a escolha da taxa de juros, devendo-se observar o limite máximo apresentado pela Resolução CNPC nº 9/2012, uma vez que não se adotará neste exercício, as alterações promovidas pela Resolução CNPC nº 15/2014, na Resolução CGPC nº 18/2012.

**Plano BD-RJU** – Em 30.11.2016, data efetiva do processo de retirada de patrocínio da Fiocruz ao Plano BD-RJU, os valores ainda existentes nas provisões matemáticas, referente a pendências de pagamentos e transferências de reservas matemáticas individuais de participantes e assistidos para outra entidade, foram migrados para o exigível previdencial.

Durante os exercícios de 2013, 2014 e 2015 não foi efetuado plano para equacionamento do déficit técnico por força do processo de retirada de patrocínio e de uma Ação Civil Pública em andamento.

AAção Civil Pública (Proc. Nº 0005257-51.2011.4.02.5101) foi proposta pelo Ministério Público Federal – MPF, em face da União Federal, Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ e Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social – FIOPREV, por entender que as contribuições vertidas pela Fiocruz ao Plano BD-RJU foram indevidas e que por isso devem ser revertidas aos cofres públicos, além de sugerir a implementação de medidas administrativas.

O Fundo Previdencial do Plano BD-RJU, cuja destinação depende da Ação Civil Pública, não foi incluído no montante dos recursos do plano que foram rateados entre participantes e assistidos, conforme o Termo de Retirada de Patrocínio firmado entre Fiocruz e FioPrev e aprovado pela PREVIC.

**Plano BD-FioPrev** – O plano apresentou resultado superavitário em 31.12.2016. O valor do excesso do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado na constituição da Reserva de Contingência, limitado a 25% das Provisões Matemáticas. O valor do superávit excedente foi alocado na Reserva Especial.

No quadro abaixo está demonstrada a composição consolidada do Passivo Atuarial dos planos administrados pelo FioPrev em 31.12.2016 e de 2015.

DESCRIÇÃO	Exercícios findos em	
	31.12.16	31.12.15
<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>		
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>17.536</b>	<b>56.489</b>
Benef. Definido Estrut. em Regime de Capitalização	17.536	56.489
BD-RJU	-	40.742
BD-FioPrev	17.536	15.747
<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>17.873</b>	<b>146.696</b>
Benef. Definido Estrut. em Regime de Cap. Prog.	17.183	15.169
BD-FioPrev	17.183	15.169
Benef. Definido Estrut. em Regime de Cap. não Prog.		690
131.527		
BD-RJU	-	130.829
BD-FioPrev	690	698
<b>TOTAL PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>35.409</b>	<b>203.185</b>

## 10 EQUILÍBRIO TÉCNICO

### 10.1 Resultados Realizados

Representam a totalização dos valores relativos ao Superávit Técnico e do Déficit Técnico Acumulados, apurados anualmente. Na ocorrência de Superávit

Técnico, esses valores serão destinados à formação de Reserva de Contingência, limitada a 25% do valor das Provisões Matemáticas, e o excedente, se houver, destinados à formação da Reserva para Ajustes de Plano ou Reserva Especial; conforme determina o artigo 20 da Lei Complementar 109, bem como o item nº 27 do Anexo A – Normas Complementares da Instrução Normativa MPAS/SPC nº 34.

No quadro a seguir está demonstrada a composição consolidada do Equilíbrio Técnico em 31.12.2016 e de 2015.

DESCRIÇÃO	Exercícios findos em	
	31.12.16	31.12.15
<b>Equilíbrio Técnico</b>		
<b>Resultados Realizados</b>	<b>12.854</b>	<b>(53.691)</b>
Superávit Técnico Acumulado	12.854	11.324
Reserva de Contingência	8.416	7.745
Reserva para Revisão de Plano	4.438	3.579
(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(65.015)

O Equilíbrio Técnico Ajustado, decorrente do ajuste na precificação que trata a Resolução CNPC N 16, de 19.11.2014, e a Instrução PREVIC nº 19, de 04.02.2015, corresponde ao próprio Equilíbrio Técnico porque os títulos federais atrelados a índices de preços, que compõem a carteira de investimentos do FioPrev, são mantidos a valor de mercado.

No quadro a seguir está demonstrada a composição da rubrica Resultados Realizados, em 31.12.2016 e de 2015.

Descrição	Exercícios findos em	
	31.12.16	31.12.15
Resultado do Programa Previdencial	(123.926)	(1.437)
Constituições/Reversões de Contingências	212	(586)
Fluxo dos Investimentos	39.399	20.932
Constituição/Reversão de Provisões Atuariais	167.776	(16.610)
Constituição/Reversão de Fundos	(16.916)	(8.432)
<b>(=) Superávit ou Déficit Técnico do Exercício</b>	<b>66.545</b>	<b>(6.133)</b>

## 11 FUNDOS

### 11.1 Fundo Previdencial

#### PLANO BD-RJU

Constituído em conformidade com os itens 2 e 3 do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA, data base dezembro de 2007, atualizado monetariamente pela rentabilidade dos investimentos. Sua destinação aguarda decisão da Ação Civil Pública, conforme mencionado no item 9.

#### PLANO BD-FIOPREV

Constituído pela transferência do saldo da rubrica Reserva para Revisão de Plano, após o decurso de três exercícios, em conformidade com a Demonstração Atuarial – DA, data base dezembro de 2015, que será utilizado conforme definido pelo Conselho Deliberativo, de acordo com o previsto no artigo 20 da Resolução CGPC nº 26.

DESCRIÇÃO	Exercícios findos em	
	31.12.16	31.12.15
Fundo Previdencial – Residual (BD-RJU)	101.106	87.825
Fundo Previdencial – Rev.Plano (BD-FioPrev)	25.506	21.870
<b>Total</b>	<b>126.612</b>	<b>109.695</b>

### 11.2 Fundo Administrativo

Constituído pelo excedente verificado na apuração do resultado do Plano de Gestão Administrativa – PGA. O objetivo do Fundo é a cobertura de eventuais necessidades de recursos para manutenção dos serviços administrativos. Sua remuneração se dá com base no resultado da gestão da carteira de investimentos do PGA.

Em 2016, as despesas administrativas superaram em R\$ 2.678 mil o valor correspondente a 1% dos Recursos Garantidores, limite estabelecido no Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, conforme Resolução CGPC nº 29/2009. Esse excedente foi coberto por recursos do Fundo Administrativo.

Conforme o Termo de Retirada de Patrocínio firmado entre Fiocruz e FioPrev e aprovado pela PREVIC, o Fundo Administrativo do Plano BD-RJU não foi incluído no montante dos recursos do plano que foram rateados entre os participantes e assistidos do plano.

DESCRIÇÃO	Exercícios findos em	
	31.12.16	31.12.15
Fundo Administrativo	3.782	5.328
<b>Total</b>	<b>3.782</b>	<b>5.328</b>

### 11.3 Fundos De Investimentos

Constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade do seu falecimento ou inadimplência.

DESCRIÇÃO	Exercícios findos em	
	31.12.16	31.12.15
Fundos de Investimentos	2.046	1.899
<b>Total</b>	<b>2.046</b>	<b>1.899</b>

## 12 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

A Resolução CGPC nº 29/2009, determinou que as despesas administrativas dos planos regidos pela Lei Complementar 108/2001 estariam sujeitos ao limite de 1% dos Recursos Garantidores ou a 9% da soma da receita total de contribuições com a despesa total com pagamento de benefícios. No caso do FioPrev, o regulamento do Plano de Gestão Administrativa estabelece como limite 1% dos Recursos Garantidores dos planos de benefícios.

A referida legislação deu um prazo de 5 anos, isto é, até o final de 2014 para que as entidades pudessem se adequar ao novo limite estabelecido para a despesa administrativa. O FioPrev ao longo dos últimos anos sempre buscou a adequação com redução das despesas, mas o cenário econômico internacional e doméstico no período não ajudou, a alta volatilidade dos mercados no período e a crise na política brasileira que temos vivenciado, são fatores que influenciaram negativamente a obtenção de uma rentabilidade igual ou superior a meta atuarial dos planos. Além disso, a decisão de retirada de patrocínio da Fiocruz do Plano BD-RJU, além de trazer aumento nas despesas administrativas (o ressarcimento só virá após aprovação do Termo de Retirada pela PREVIC), determina a priorização em investimentos que ofereçam liquidez no curto prazo, o que acaba também prejudicando a performance dos investimentos.

Com isso, não foi possível, em 2016, limitar as despesas ao valor correspondente a 1% dos Recursos Garantidores, conforme a legislação determinava. O valor das despesas administrativas que superou o limite legal foi custeado por recursos do Fundo Administrativo, fato previsto da Resolução CGPC nº 29/2009.

## INDICADORES DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Descrição	Exercícios findos em			
	31.12.16	Limite	31.12.15	Limite
Custeio Administrativo	1.831	1,00%	2.617	1,00%
Recursos Garantidores	183.817		261.809	

	PLANO BD-RJU		PLANO BD-FIOPREV		TOTAL	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>RECURSOS GARANTIDORES</b>	109.448	196.458	74.369	65.351	183.817	261.809
1. Disponível	82	76	30	30	112	106
2. Realizável de Investimentos	109.381	196.586	74.353	65.392	183.734	261.978
3. Exigível Operacional de Investimentos	(15)	(204)	(14)	(71)	(29)	(275)

## 13 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

### 13.1 Cédulas de Crédito Bancário da Resul S/A

A RESUL S/A é uma sociedade anônima, constituída em 03.04.2007 com a finalidade específica de emitir Cédulas de Crédito Bancário – CCB, e adquirir direitos creditórios decorrentes das atividades de saúde da CELSP – Comunidade Evangélica Luterana São Paulo, efetuando a cessão fiduciária desses direitos creditórios aos detentores das cédulas.

No dia 11.02.2008, o FioPrev aplicou R\$ 7.000 mil em CCBs da RESUL, considerando um prazo de 60 meses, a partir da data de emissão das cédulas, com período de carência de 12 meses, e remuneração de IGP-M + 9% a.a.

Os pagamentos iniciais aconteceram nas datas previstas, contudo, em função da má gestão dos negócios do grupo CELSP, em especial, na área de saúde, passou-se a conviver com a falta de recursos para liquidação das demais parcelas, gerando a inadimplência que levou os investidores a pedirem o vencimento antecipado dos títulos, em AGE realizada em 15.10.2009.

Diante do exposto, o FioPrev contratou os serviços da empresa Pinheiro Guimarães Advogados, para entrar com uma Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial contra a RESUL e a CELSP, avalista da operação. Processo nº 0394806-34.2009.8.19.0001, na 44ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, cujo valor total da causa é de R\$ 9.300 mil.

Em 29.09.2016, os credores da CCB Resul declinaram em manter a cobrança judicial dos créditos uma vez que os custos dessa cobrança inviabilizavam a continuidade do processo, pois entenderam que a possibilidade de reaver os recursos aplicados era mínima. Em razão disso a Oliveira Trust, agente fiduciário do investimento, deu por encerrada a sua prestação de serviços e não emitiu mais o relatório com a atualização do saldo da CCB Resul.

Em abril de 2010, foi integralizado o provisionamento de 100% do investimento para perdas, e em 2014, somou-se ao valor já provisionado a devida atualização do ativo. Em 31.12.2016, o provisionamento totalizou R\$ 62.055 mil, posição de 30.09.2016.

### 13.2 Ação ajuizada contra o Fundo Nacional De Desenvolvimento

O FioPrev é parte integrante da Ação Ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades de Previdência Privada – ABRAPP, contra a União, o BNDES e o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, cujo mérito é obter o ressarcimento da diferença de reajuste do valor de face das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND, decorrentes do critério praticado pelo BNDES/FND.

O processo nº 91.0123902-3, que tramita na 23ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, foi julgado procedente no que se refere ao direito das associadas receberem a correção das OFND. Os títu-

los fizeram parte das carteiras de investimentos das entidades, no período abrangido entre abril de 1990 a fevereiro de 1991, e eram indexados pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC. Entretanto, a União calculava a correção das OFND pelo Bônus do Tesouro Nacional – BTN, ao invés de utilizar o IPC.

Em agosto de 1991, o FioPrev possuía em carteira o valor de Cr\$ 246.386 mil. Embora o mérito tenha sido julgado procedente, não há autorização da PREVIC para que o FioPrev possa contabilizar os valores ali referenciados. O órgão fiscalizador alegou que a União interpôs ação rescisória para tentar reverter a decisão transitada em julgado e que o crédito é incerto quanto à sua existência, à data de pagamento e o valor.

### 13.3 Cédulas de Crédito Imobiliário – CCIs da M.Brasil Empreendimentos Marketing e Negócios Ltda.

Em virtude da inadimplência das parcelas vencidas nos meses de abril e maio de 2011, e sem prejuízo das 06 (seis) parcelas vencidas no período de outubro de 2010 a março de 2011, objeto de negociação anterior em que os credores das CCIs reunidos em 21.03.2010, juntamente com o Sr. Pedro Barenboim, representante legal da M.Brasil e da Barenboim, resolveram postergar os pagamentos das referidas parcelas; e da inadimplência na reconstituição dos recursos da garantia de cessão fiduciária de Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e da cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes dos recebíveis através das vendas pelos cartões de créditos de bandeiras Mastercard e Visa, os credores resolveram pela Declaração do Vencimento Antecipado dos créditos representados pelas CCIs da M.Brasil, notificando a empresa em 02.06.2011. O valor registrado na contabilidade para este ativo, em 31.12.2016, totalizava R\$ 74.172 mil, sendo 100% provisionado para perda.

Os credores contrataram o escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados para assessoria jurídica, objetivando a liquidação extrajudicial das garantias reais existentes na operação.

Com o avanço das ações que buscam a execução das garantias já foram realizados os pagamentos do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, no va-

lor de R\$18 mil, para consolidação da transferência do imóvel da Rua Teixeira Soares n.º 127 – Maracanã – Rio de Janeiro – RJ - Matrícula 73.600, 11º Registro Geral de Imóveis, e de R\$ 231 mil, para consolidação do imóvel da Rua São Cristóvão n.º 950 - São Cristóvão – Rio de Janeiro – RJ - Matrícula 33, 3º Registro Geral de Imóveis.

Por outro lado, em 25.01.2016, o FioPrev recebeu Mandato de Citação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de uma ação revocatória dos atos de execução e consolidação das garantias dadas aos credores das Cédulas de Crédito Imobiliários – CCIs, que tem por finalidade a defesa das garantias e do recebimento de valores daqueles prejudicados pela falência da Barenboim.

Os advogados contratados pelos credores apresentaram a contestação à ação revocatória que não determinou a suspensão da execução das garantias, sendo assim, após o pagamento do ITBI, conforme a legislação, foram iniciados os procedimentos necessários para o leilão dos imóveis, que ocorrerão em 2017.

O valor total da Provisão para Perdas com as CCIs da M.Brasil totalizaram R\$ 74.172 mil, em 31.12.2016.

### 13.4 Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDCS do Banco BVA

Em 19.12.2012, o Banco BVA sofreu intervenção do Banco Central. Por várias vezes foi anunciada a possibilidade de compra do Banco por outras instituições financeiras, o que de fato não se confirmou, em 19.06.2013, o Banco BVA foi liquidado.

Após a liquidação do Banco, os credores se reuniram em Assembléias e decidiram pela contratação do Banco Brasil Plural, para atuar como gestora dos recursos aplicados nos FIDCs Multisetorial BVA Master e Multisetorial BVA Master II. Para o FIDC Multisetorial Itália foi eleita a gestora Vila Rica para a realização do trabalho de gestão da carteira do Fundo.

Importante registrar que o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, é um instrumento de aplicação em que os recursos captados são, majoritariamente, destinados à aquisição de direitos creditórios cedidos por uma empresa.

O FioPrev possuía investimentos no Banco BVA através dos FIDCs Multisetorial BVA Master, Multisetorial BVA Master II e Multisetorial Itália, que na data de sua intervenção, totalizavam R\$ 8.442 mil. A ação do Banco Central no BVA prejudicou o recebimento dos pagamentos das empresas e provocou atraso nos depósitos de juros e amortizações. Esta situação ensejou a necessidade de alteração do agente de cobrança dos fundos, função antes desempenhada pelo próprio Banco BVA, passando esta responsabilidade para os FIDCs em questão. A partir desta mudança, medidas estão sendo tomadas em conjunto com os gestores e administradores dos fundos, visando regularizar os pagamentos junto às empresas devedoras.

Para aqueles créditos de empresas inadimplentes que não se consegue fechar um acordo, estão sendo tomadas medidas judiciais que objetivam a execução das garantias disponíveis.

Em 31.12.2016 o valor dos investimentos nos FIDCs do Banco BVA totalizava R\$ 1.125 mil. As amortizações ocorridas nos três Fundos, no período de 19.10.2012 até 31.12.2016, totalizaram R\$4.835 mil.

Todas as providências estão sendo tomadas para que o FioPrev recupere os recursos corrigidos pelo ben-

chmark desses Fundos, CDI + 3,5% ao ano, e as negociações estão caminhando de forma a que isso se realize o mais rápido possível.

### 13.5 Evento subsequente

A Administração do FioPrev avaliou os eventos subsequentes até o dia 19.04.2017 que também é a data da autorização da emissão destas Demonstrações Contábeis.

#### 13.5.1 Cédulas de Crédito Imobiliário – CCIs da M.Brasil Empreendimentos Marketing e Negócios Ltda

Foi publicado no Diário Comercial do Rio de Janeiro do dia 17.03.2017 o Edital de Leilão do imóvel da Rua São Cristóvão nº 950 - São Cristóvão – Rio de Janeiro – RJ. O leilão foi agendado para ocorrer no dia 04.04.2017 e, caso não haja licitante, um segundo leilão ocorreria no dia 11.04.2017.

Os leilões foram realizados sem a presença de qualquer licitante, e diante desse fato, será providenciado o registro da ata de leilão na matrícula do imóvel, em comprovação às formalidades estabelecidas pela Lei de Alienação Fiduciária, para que os credores possam garantir a transferência definitiva de propriedade do imóvel.

# Parecer atuarial - Plano BDF

CNPB 1985.0003-18

Parecer Atuarial 099/17 - Março/2017

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares no 108 e no 109, ambas de 29 de maio 2001, e da Resolução MPS/CGPC no 18, de 28 de março de 2006, e suas respectivas alterações, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano de Benefícios Complementar ao Regime Geral de Previdência Social BD - FIOPREV**, também denominado, neste documento, de **Plano BDF**, administrado e executado pelo **FIOPREV - Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social**, patrocinado pela **FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz**, e pelo **FIOPREV - Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social**, sendo solidárias entre si, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio com início de vigência prevista para 1o de abril de 2017.

O **Plano BDF** está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - **PREVIC** sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB no 1985.0003-18, encontra-se em manutenção normal e possui todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), de forma que, conforme Resolução MPS/CGPC no 16, de 22 de novembro de 2005, trata-se de plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido (BD).

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, na **data base de 31/12/2016**, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano, além dos dados cadastrais e financeiros dos Participantes e Assistidos, levantados e informados pela Entidade, posicionados em 31/12/2016, bem como nas

informações contábeis e patrimoniais disponibilizadas pela Entidade, considerando a mesma data.

Observa-se, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no **Plano BDF**, sendo este denominado de "**CLT**" exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos desse Plano de Benefícios.

Adicionalmente, e em face de o **FIOPREV** não ter informado nenhum fato relevante em relação ao **Plano BDF**, em conformidade com a correspondência **GAMA 084 - CT 473/16** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial Anual do exercício de 2016, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do **Plano BDF**, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto no 4.942, de 30/12/2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação ao plano administrado pela Entidade.

## 2 RESULTADOS ATUARIAIS

### 2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO - CLT

#### 2.1.1 Evolução dos Custos

Todos os benefícios do Plano BDF estão estruturados na modalidade de Benefício Definido. Os benefícios programados e não programados estão estruturados no regime de Capitalização, pelo método Agregado, exceto o benefício de Auxílio Doença e Auxílio Reclusão, que são avaliados pelo regime de Repartição Simples.

O custo normal total do Plano, apurado de acordo com as disposições regulamentares, em 31/12/2016, foi nulo, líquido de carregamento administrativo, referente ao custo dos benefícios previdenciais asse-

gurados pelo Plano. Comparativamente ao exercício de 2015, houve manutenção no custo do Plano. Cabe ressaltar a decisão do Conselho Deliberativo, em 2012, de redução integral das contribuições ao plano.

### 2.1.2 Variação das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do Plano BDF, disponibilizadas pelo FIOPREV, foram determinadas atuarialmente em 31/12/2016 e montam R\$17.535.856,00, sendo R\$11.251.774,00 referentes aos benefícios programados e R\$6.284.082,00 referentes aos benefícios não programados, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD).

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC posicionadas em 31/12/2016 montam R\$17.872.614,81, sendo R\$17.183.144,81 referentes aos benefícios programados e R\$689.470,00 referentes aos benefícios não programados, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido.

Em 31/12/2016 o Plano não possui dívidas contratadas e nem Provisões Matemáticas a Constituir.

Desta forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas representam, em 31/12/2016, R\$35.408.470,81.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2015, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano foi positiva em 12,00%, tendo sido registrado o montante de R\$31.614.139,49 em 31/12/2015. O aumento deveu-se, principalmente, às atualizações financeiras dos benefícios e dos salários ocorridas no período, fator que ocasionou uma elevação das reservas matemáticas.

### 2.1.3 Principais Riscos Atuariais

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos Planos de Benefícios, sendo que, para o Plano BDF, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, observado que as hipóteses, os regimes financeiros e os métodos de financiamento utiliza-

dos no Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2016 do Plano foram indicadas pelo FIOPREV, tendo sido definidas pela Diretoria Executiva, e devendo ser referendadas pelo Conselho Deliberativo e objeto de parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal, sendo a decisão subsidiada pelos estudos de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório GAMA 084 - RE 177/16, observando, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC no 18/2006 e alterações posteriores.

### 2.1.4 Soluções para Insuficiência de Cobertura

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2016, este item não é aplicável ao presente Parecer.

## 2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

### 2.2.1 Qualidade da Base Cadastral

A base cadastral encaminhada pelo FIOPREV foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes para fins da Avaliação.

A análise efetuada pela Mercer GAMA na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com o FIOPREV a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

### 2.2.2 Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2016, posicionada em 31/12/2016, o Plano tem constituído o Fundo de Revisão do Plano.

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2012, registrou-se o terceiro exercício consecutivo de superávit, sendo o excedente da Reserva de Contingência alocado em Fundo Previdencial - Revisão do Plano.

Quando da realização da reavaliação atuarial anual de 2013, a Reserva de Contingência calculada ficou inferior ao patamar de 25% das provisões matemáticas, e reverteu-se do referido Fundo o montante necessário para recompor a citada Reserva de Contingência ao seu patamar de 25%.

O Fundo de Revisão do Plano foi constituído para fins de destinação dos recursos da Reserva Especial do Plano devido aos resultados superavitários apresentados pelo Plano em exercícios pretéritos. Em 31/12/2016, segundo dados fornecidos pelo FIOPREV, referido Fundo montava R\$25.505.812,07.

Considerando que até o momento não foi promovida a alteração regulamentar necessária para estruturar o Plano para a destinação da Reserva para Revisão por meio de melhoria de benefícios/destinação de valores ao patrocinador, o valor permanece registrado nesta conta aguardando a efetiva decisão do Conselho Deliberativo do FIOPREV.

### 2.2.3 Variação do Resultado

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$35.408.470,81, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31/12/2016, no montante de R\$48.262.894,06, verifica-se que o Plano apresentou superávit técnico-atuarial, de R\$12.854.423,25.

O Superávit Técnico acumulado do Plano passou de R\$11.324.039,80 em, 31/12/2015, para R\$12.854.423,25, em 31/12/2016, representando um aumento de 13,51%, ou R\$1.530.383,45, o que nos permite inferir que, no exercício de 2016, o Plano apresentou Superávit Técnico. Destaca-se que referido Superávit Técnico no exercício foi influenciado, primordialmente, pela rentabilidade dos ativos garantidores do Plano ter sido superior à meta atuarial estabelecida para o exercício.

No período compreendido entre janeiro/2016 e dezembro/2016, a meta atuarial do Plano foi de 11,38%, composta pelo INPC de 6,58% mais taxa de juros de 4,50%, enquanto que a rentabilidade alcançada no mesmo período foi de 16,62%, conforme informação repassada pelo FIOPREV, representando um ganho atuarial de 4,70%.

### 2.2.4 Natureza do Resultado

Na Avaliação Atuarial de 2016, observa-se que o Plano BDF apresentou superávit, o qual foi resultante de causas conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, das oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano e da superação da meta atuarial. Tendo em vista que não é possível assegurar que esse fato tem caráter perene, atribui-se natureza conjuntural ao resultado.

Da totalidade do superávit apurado em 31/12/2016, o montante de R\$8.416.593,51 foi alocado em Reserva de Contingência, e R\$4.437.829,74 alocado em Reserva Especial para Revisão do Plano, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC no 26, de 29/09/2008 e alterações posteriores.

Cumprir ressaltar que o limite máximo da Reserva de Contingência foi apurado observando as regras contidas na Resolução MTPS/CNPC no 22, de 25, de novembro de 2015 e considerou como base de cálculo a Duração do Passivo do exercício de 2016, qual seja de 13,77 anos. Portanto, o limite, em 31/12/2016, é de 23,77% das Provisões Matemáticas em Benefício Definido ou R\$8.416.593,51.

### 2.2.5 Soluções para Equacionamento do Déficit

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2016, este item não é aplicável ao presente Parecer.

### 2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método Agregado, exceto o benefício de Auxílio Doença e Auxílio Reclusão, que são avaliados pelo regime de Repartição Simples. O benefício de Auxílio Reclusão e o Instituto de Resgate não

são calculados por constituírem valor imaterial, haja vista o dispêndio do Plano, no exercício de 2016, com este benefício ter sido nulo, e, com o instituto de resgate igual a R\$358,02.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC no 18/2006 e alterações posteriores.

### 2.2.7 Outros Fatos Relevantes

1) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2016, os valores utilizados de patrimônio, ativos de investimentos, fundos de investimento e administrativo, e exigíveis do Plano utilizados, foram os informados pelo FIOPREV, através do Balancete Contábil do referido mês, sendo sua precificação de inteira e exclusiva responsabilidade do Instituto, e considerados para fins da avaliação que tais valores refletem a realidade dos fatos.

2) Conforme observado no Balancete Contábil de 31/12/2016, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizada;

3) Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$26.766.271,11, sendo R\$25.505.812,07 referentes a Fundos Previdenciais, R\$639.711,20 referentes a Fundo Administrativo e R\$620.747,84 referentes a Fundos dos Investimentos;

4) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2016, comparativamente às adotadas para o exercício de 2015, procedeu-se à seguinte alteração:

i. **Fator de Capacidade** de **0,9773** para **0,9791**.

### 3 PLANO DE CUSTEIO

Em razão da decisão do Conselho Deliberativo de 2012, que deliberou sobre a redução integral das contribuições, o Plano de Custeio para o exercício de 2017, a vigor a partir de 01/04/2017, deverá ter a seguinte configuração, observada sua aprovação, conforme Demonstração Atuarial 2016, de 31 de dezembro de 2016:

#### PLANO DE CUSTEIO

CONTRIBUIÇÃO	ALÍQUOTA (%)	
	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2014)	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2015
PARTICIPANTES	0,00%	0,00%
PATROCINADORA	0,00%	0,00%
ASSISTIDOS	0,00%	0,00%

#### PLANO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO\*

PATROCINADORA, PARTICIPANTES (ATIVOS E AUTOPATROCINADOS) E ASSISTIDOS	1% sobre os recursos garantidores do plano	1% sobre os recursos garantidores do plano
---	--	--

\* Alíquotas definidas pelo FIOPREV.

#### 4 CONCLUSÃO

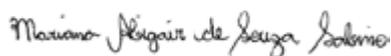
Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano BDF, em 31/12/2016, é superavitária em R\$12.854.423,25, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo que o valor de R\$8.416.593,51, equivalente a 23,77% das provisões

matemáticas, foi alocado em Reserva de Contingência e o excedente, R\$4.437.829,74, foi alocado em Reserva para Ajuste do Plano.

A Reserva Especial constituída no Plano BDF no exercício de 2014 e mantida no triênio de 2014 a 2016, deverá ser objeto de destinação obrigatória durante o exercício de 2017.

Este é o Parecer.

Brasília, 20 de março de 2017.



MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO  
Atuária MIBA 2.567 - MTE/RJ  
SUPERVISORA ATUARIAL



JOÃO MARCELO B. L. M. CARVALHO  
Atuário MIBA 2.038 - MTE/RJ  
DIRETOR DE OPERAÇÕES E PREVIDÊNCIA

# Parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

À  
DD. DIRETORIA DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE  
SEGURIDADE SOCIAL- FOPREV RIO JANEIRO - RJ

## OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV, que compreendem a balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo a resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades da auditoria pela auditoria das de-

monstrações contábeis". Somos independentes em relação ao INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfases

Conforme mencionado na nota explicativa nº 01, a adaptação dos regulamentos dos planos de benefícios previdenciários às Leis nº 108 e nº 109/2001, e posteriormente à Resolução CGPC nº 19/2006, ainda não foi aprovada pela PREVIC. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 4.2, de que em março de 2015, a FIOCRUZ formalizou a pedido de retirada de patrocínio do Plano BD-RJU. Em outubro, após aprovação do Conselho Deliberativo, a termo de retirada foi protocolado na PREVIC. A data-base do processo de retirada é 30 de abril de 2015. Em 31 de maio de 2016, conforme portaria PREVIC nº 238, de 31 de maio de 2016, o Diretor de Análise Técnica, considerando as manifestações técnicas exaradas no processo PREVIC nº 44011.000490/2015-85, comando nº 404899483 e juntada nº 417429570, autorizou a retirada de patrocínio da Fundação Oswaldo Cruz do Plano BD-RJU, CNPB nº 1991.0001-38, administrado pelo Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social- FIOPREV, e aprovou o "Termo de Retirada de

Patrocínio” que entre si fizeram a Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FIOPREV, na qualidade de Entidade Fechada de Previdência Complementar, e a Fundação Oswaldo Cruz, na qualidade de Patrocinadora. Conforme descrito na nota explicativa nº 5.1.1, em função da retirada de patrocínio do Plano BD-RJU, o Comitê de Investimentos analisou proposta de precificação de toda a carteira a mercado e, por unanimidade, aprovou a encaminhamento ao Conselho Deliberativo para aprovação. A proposta foi ponto de pauta na reunião de 17 de setembro de 2015, do Conselho Deliberativo, que aprovou a marcação a mercado de toda a carteira de renda fixa do FIOPREV, a partir de 30 de setembro de 2015. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, em 30.11.2016, data efetiva do processo de retirada de patrocínio da Fiocruz ao Plano BD-RJU, os valores ainda existentes nas provisões matemáticas, referente a pendências de pagamentos e transferências de reservas matemáticas individuais de participantes e assistidos para outra entidade, foram migrados para a exigível previdencial. Durante os exercícios de 2013, 2014 e 2015 não foi efetuado plano para equacionamento do déficit técnico por força do processo de retirada de patrocínio e de uma Ação Civil Pública em andamento. A Ação Civil Pública (proc. Nº 0005257-51.2011.4.02.5101) foi proposta pelo Ministério Público Federal - MPF, em face da União Federal, Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ e Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FIOPREV, por entender que as contribuições vertidas pela Fiocruz ao Plano BD-RJU foram indevidas e que por isso devem ser revertidas aos cofres públicos, além de sugerir a implementação de medidas administrativas. O Fundo Previdencial do Plano BD-RJU, cuja destinação depende da Ação Civil Pública, não foi incluído no montante dos recursos do plano que foram rateados entre participantes e assistidos, conforme a Termo de Retirada de Patrocínio firmado entre Fiocruz e FIOPREV e aprovado pela PREVIC. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13.4, em 19.12.2012, a Banco BVA sofreu intervenção do

Banco Central. Por várias vezes foi anunciada a possibilidade de compra do Banco por outras instituições financeiras, a que de fato não se confirmou, em 19.06.2013, a Banco BVA foi liquidado. O FIOPREV possuía investimentos no Banco BVA através dos FIDCs Multisetarial BVA Master, Multisetarial BVA Master II e Multisetarial Itália, que na data de sua intervenção, totalizavam R\$ 8.442 mil. A ação do Banco Central no BVA prejudicou o recebimento dos pagamentos das empresas e provocou atraso nos depósitos de juros e amortizações. Esta situação ensejou a necessidade de alteração do agente de cobrança dos fundos, função antes desempenhada pelo próprio Banco BVA, passando esta responsabilidade para os FIDCs em questão. A partir desta mudança, medidas estão sendo tomadas em conjunto com os gestores e administradores dos fundos, visando regularizar os pagamentos junto às empresas devedoras. Todas as providências estão sendo tomadas para que a FIOPREV recupere os recursos corrigidos pelo benchmark desses Fundos, CDI + 3,5% ao ano, e as negociações estão caminhando de forma a que isso se realize a mais rápido possível. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV é responsável por outras informações que acompanham as demonstrações contábeis. A entidade, devido as suas características específicas, possui estrutura e forma de apresentação própria das demonstrações contábeis, não apresentando outras informações. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **OUTROS ASSUNTOS**

### **Auditoria do período anterior**

As demonstrações contábeis do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV para a exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 03 de maio de 2016, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV continuar operando, divulgando, quando aplicável, as assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e a uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar a encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar,

dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como partes da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exerceram julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que a proveniente de erro, já que a fraude pode envolver a ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGURIDADE SOCIAL - FIOPREV. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o INSTITUTO OSWALDO CRUZ DE SEGU-

RIDADE SOCIAL - FIOPREV a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e as eventos de maneira compatível com a objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com as responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejada, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2017.



UHY AUDITORES ASSOCIADOS SIS

CRC RS 4632 T PR S RJ

DIEGO ROTERMUND MOREIRA

Contador CRC RS 68603 S RJ

CNA Nº 1128

Sócio - Responsável Técnico

# Parecer do conselho fiscal



Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social – FIOPREV, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2016, bem como as respectivas Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas que as acompanham, relativas ao exercício findo de 2016.

Com base nas análises efetuadas pelo Colegiado no decorrer do exercício e à vista do Parecer dos Auditores - UHY Auditores Associados e do Parecer Atuarial emitido pela atuária Mariana Abigail de Souza Sabino, MIBA nº 2567 - MTPS/RJ, da Consultoria MERCER GAMA, o Conselho é de opinião que os atos por ele examinados, demonstram que os administradores têm se empenhado em desenvolver uma cultura que enfatiza a importância dos controles internos em todos os níveis hierárquicos.

Observa-se que as referidas demonstrações refletem adequadamente a posição patrimonial, de resultado e financeira da Entidade, em 31 de dezembro de 2016, pelo que recomenda a sua aprovação.

Rio de Janeiro, 29 de Maio de 2017.

**ALCIMAIR PEREIRA BATISTA**  
Membro titular indicado - Presidente

**JORGE SANTOS DA HORA**  
Membro titular indicado

**CLÁUDIO DAMASCENO RAÍOSO**  
Membro titular indicado

**SUELI MARIA MOTTA CARDOSO**  
Membro titular eleita

# Manifestação do conselho deliberativo



Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social

## Manifestação do Conselho Deliberativo

Os membros do Conselho Deliberativo do Instituto Oswaldo Cruz de Seguridade Social - FioPrev, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Consolidada e por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa Consolidada, a Demonstrac o das Obriga es Atuariais dos Planos de Benefícios, as Notas Explicativas, o Parecer Atuarial, o Parecer dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal, bem como as demais demonstra es contábeis relativas ao encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, resolvem aprovar o Balanço Patrimonial do FioPrev.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2017.

  
 Maria Am lia do Nascimento Monteiro  
 Membro Titular Indicada – Presidente

  
 Lúcia Helena da Silva  
 Membro Titular Eleita

  
 Luiz Alberto da Silva  
 Membro Titular Eleito

  
 Vânia Conceic o Dornellas Buchmuller  
 Membro Titular Indicada

  
 S mia Aparecida Freitas de Pinho  
 Membro Titular Eleita

